



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



VINICIUS MACHADO FERREIRA

CARTOGRAFIA SOCIAL COMO FERRAMENTA PARA O ENSINO

A história do povo indígena Mortigura por meio de um mapa digital em Barcarena-PA.

ANANINDEUA-PA

2024

VINICIUS MACHADO FERREIRA

CARTOGRAFIA SOCIAL COMO FERRAMENTA PARA O ENSINO

A história do povo indígena Mortigura por meio de um mapa digital em Barcarena-PA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História/ Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Pará/*Campus* de Ananindeua, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Saberes históricos em diferentes espaços de memória

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos.

ANANINDEUA-PA

2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

M149c Machado Ferreira, Vinicius.
Cartografia social como ferramenta para o ensino: : A história do povo indígena Mortigura por meio de um mapa digital em Barcarena PA. / Vinicius Machado Ferreira. — 2024.
99 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Ananindeua, Mestrado Profissional em
Ensino de História, Ananindeua, 2024.

1. Livro didático. 2. Mapas . 3. Cartografia Social. I.
Título.

CDD 526.09



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO DISCENTE

VINICIUS MACHADO FERREIRA

A Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação, presidida pelo orientador Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos e constituída pelos (a) examinadores (a) Profa. Dra. Vania Alexandrino Viana e Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle, reuniu-se no dia 28 de agosto de 2024, às 09:30H, através de videoconferência na Plataforma Google Meet, para avaliar a Defesa de Dissertação do mestrando VINICIUS MACHADO FERREIRA intitulada: "CARTOGRAFIA SOCIAL COMO FERRAMENTA PARA O ENSINO: A história do povo indígena Mortigura por meio de um mapa digital em Barcarena-PA." Após explanação do mestrando e sua arguição pela Comissão Examinadora, a dissertação foi avaliada depois que todos os presentes se retiraram. Desta apreciação, a Comissão Examinadora retirou os seguintes argumentos: a dissertação atendeu às recomendações feitas à época do exame de qualificação, resultando em um trabalho claro e coerente em sua escrita, com um produto inovador e significativo para o ensino de História, recomendando-se, no entanto, uma revisão de normas, acréscimo de notas explicativas e ênfase aos elementos indígenas no material cartográfico produzido; e que por todos estes aspectos a dissertação foi **APROVADA**, com conceito **Excelente** pela Comissão, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Curso.

Documento assinado digitalmente



CARLOS AUGUSTO DE CASTRO BASTOS
Data: 28/08/2024 11:56:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos

Orientador

Documento assinado digitalmente



WANIA ALEXANDRINO VIANA
Data: 28/08/2024 12:04:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Wania Alexandrino Viana
Membro Externo da Banca / Fac. História / UFOPA

Documento assinado digitalmente



WESLEY OLIVEIRA KETTLE
Data: 29/08/2024 10:35:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle
Membro da Banca / PPGEH/UFPA

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho de dissertação a todas as pessoas e instituições que contribuíram para sua realização. Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha felicidade e gratidão ao meu orientador Carlos Bastos, pelo seu trabalho sério, atencioso e principalmente preocupado com minha saúde mental, assim como seu apoio e incentivo ao longo deste processo. Além disso, quero agradecer minha família, que acreditou que eu podia ser sempre mais, por isso nunca deixei de confiar em mim, em especial a minha irmã Daniele, que em momentos de dificuldade durante os dois anos de escrita, sempre me ofereceu palavras de conforto e reflexão, fazendo eu me tornar mais forte. Não posso deixar de agradecer a comunidade Nova Canaã, representada por Roberto dos Anjos e sua esposa Euniceia Rodrigues, que foram além de importantes interlocutores, verdadeiros parceiros na pesquisa sobre a sua história como povo indígena, e também o Instituto de Educação Básica Cristo Rei, que sempre me apoiou enquanto profissional, oferecendo todas as condições necessárias para realização de um trabalho mais do que significativo, principalmente pela possibilidade de construir junto aos alunos um produto didático que servirá de referência para todos os professores. Por fim, gostaria de demarcar minha fala de realização de um sonho por ter feito parte do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História e desenvolver um trabalho capaz de pensar o cotidiano da sala de aula além das estruturas estabelecidas no dia a dia.

RESUMO

A presente dissertação de Mestrado Profissional em Ensino de História parte da análise de mapas do livro didático “Conquista Solução Educacional” como objeto de estudo, destacando sua importância no Instituto Cristo Rei, onde é obrigatório e vinculado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A utilização deste livro enfrenta desafios devido à extensão dos conteúdos e a carga horária limitada. Os mapas presentes no livro são vistos como recursos para tornar as aulas mais reflexivas e dinâmicas. Autores como Kazumi Munakata (2016) e Alain Choppin (2004) oferecem perspectivas sobre o papel do livro didático na cultura escolar, enquanto outros como Harley (2005) e Carlos Tiné da Silva Pereira (2020) enfatizam o poder e a construção da cartografia, respectivamente. A imersão dos alunos nos mapas sociais, em especial o que foi produzido pelos indígenas Mortigura, amplia sua compreensão histórica e espacial, desafiando visões eurocêntricas. A necessidade de ampliar a percepção dos alunos sobre a colonização portuguesa e as experiências dos Mortigura demandou a construção de um mapa digital. Autores como Souto (2017) e Danilo Alves da Silva (2018) discutem a importância do uso de recursos digitais, além da minha mediação como professor pesquisador no processo de ensino e aprendizagem. A cartografia social, feita pelos indígenas Mortigura, foi utilizada como principal material de ensino, buscando valorizar seus conhecimentos e resistência na história do passado e tempo presente. Assim, a abordagem metodológica ativa e interativa, aliada às oficinas de cartografia, permitiu aos alunos uma compreensão mais profunda do território e da história dos Mortigura, assim como sobre o município de Barcarena, contribuindo para um ensino decolonial da história.

Palavras-chave: Ensino de História; Livro didático; Mapas; Cartografia Social.

ABSTRACT

This professional master's dissertation in history teaching starts from the use of the textbook "Conquista Solução Educacional" as the object of study for the analysis of maps, highlighting its importance at Instituto Cristo Rei, where it is mandatory and linked to the National Common Curricular Base (BNCC). The use of this book faces challenges due to the extent of the content and the limited class hours. The maps, present in the book, are seen as resources to make classes more reflective and dynamic. Authors such as Kazumi Munakata (2016) and Alain Choppin (2004) offer perspectives on the role of the textbook in school culture, while others like Harley (2005) and Carlos Tiné da Silva Pereira (2020) emphasize the power and construction of cartography, respectively. The immersion of students in social maps, especially those produced by the Mortigura indigenous people, expands their historical and spatial understanding, challenging Eurocentric views. The need to broaden students' perception of Portuguese colonization and the experiences of the Mortigura required the construction of a digital map. Authors such as Souto (2017) and Danilo Alves da Silva (2018) discuss the importance of using digital resources, in addition to my mediation as a teacher-researcher in the teaching and learning process. Social cartography, made by the Mortigura indigenous people, was used as the main teaching material, seeking to value their knowledge and resistance in the history of the past and present time. Thus, the active and interactive methodological approach, combined with workshops, allowed students a deeper understanding of the territory and history of the Mortigura, as well as of the municipality of Barcarena, contributing to a decolonial teaching of history.

Keywords: Textbook: History Teaching; Maps; Social Cartography.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Mapa de Barcarena	12
Imagem 2 - Capa do livro conquista: Solução educacional	20
Imagem 3 - Página de abertura do conteúdo “colonização Portuguesa na América” do livro conquista: Solução Educacional.	24
Imagem 4 - Ilustração do livro conquista: solução educacional.	27
Imagem 5 - Página 26 do conteúdo “colonização Portuguesa na América” do livro conquista: solução educacional.	28
Imagem 6 - Mapa social de vila do conde.	39
Imagem 7 - Legenda do mapa social “Território do Conde”.	42
Imagem 8 - Mapa das famílias desapropriadas para instalação de empreendimentos capitalistas em Barcarena.	44
Imagem 9 - Igreja de São João Batista.	47
Imagem 10 - Página inicial do mapa digital.	49
Imagem 11 - Apresentação do mapa digital.	50
Imagem 12 - Referências históricas do espaço no mapa digital.	50
Imagem 13 - Janela interativa: Igreja de São João Batista.	54
Imagem 14 - Janela interativa: Rio Curuperé.	54
Imagem 15 - Roda de conversa com o convidado Roberto Dias dos Anjos.	60
Imagem 16 - Alunos interagindo com o convidado.	61
Imagem 17 - Altar-Mor da Igreja de São João Batista.	62
Imagem 18 - Aluno após a prática de estudos do meio dentro da igreja.	62
Imagem 19 - Registro fotográfico do rio Dendê feito por uma aluna.	63
Imagem 20 - Representação em desenho do território Vila do Conde por um aluno do 7º Ano.	65
Imagem 21 - Representação em desenho do território Vila do Conde por uma aluna do 7º Ano.	67
Imagem 22 - Representação em desenho do território Vila do Conde por uma aluna do 7º Ano.	68
Imagem 23 - Página do livro didático que aborda a chegada dos Jesuítas.	71
Imagem 24 - Mapa digital construído junto com os alunos.	72
Imagem 25 - Janela interativa do mapa digital sobre Igreja de São João Batista.	73
Imagem 26 - Janela interativa do mapa digital sobre o Rio Curuperé.	74
Imagem 27 - Janela interativa do mapa digital sobre as lideranças da Comunidade Mortigura.	74
Imagem 28 - Ícone “+” do mapa digital mostrando a comunidade de Vila do Conde reunida em defesa do território.	75
Imagem 29 - Mapa ampliado por meio de interatividade.	77
Imagem 30 - Atividade “O que já conquistei”.	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura da unidade temática “a organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano”.	21
Tabela 2 - Calendário de aplicação das etapas de aulas Oficinas.	58

LISTA DE SIGLAS

ALEPA – Assembleia Legislativa do Estado do Pará

CODEBAR – Companhia de Desenvolvimento de Barcarena

EJAI – Educação de Jovens, Adultos e Idosos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O LIVRO DIDÁTICO E OS MAPAS	18
2.1 O livro didático “Conquista Solução Educacional: 7º ano: história”	19
2.2 Mapas do livro didático Conquista: Solução Educacional: ensino fundamental: 7º ano: história.	23
2.3 O protagonismo indígena na Cartografia.	30
2.4 A Cartografia no ensino de História	34
3 O MAPA DIGITAL: REFLEXÕES TEÓRICAS E CONSTRUÇÃO	38
3.1 O Mapa Social feito pelos indígenas Mortigura.	39
3.3 A contribuição dos indígenas Mortigura para o mapa digital	45
3.4 Alunos e o mapa digital	52
4 A METODOLOGIA: ETAPAS PARA APLICAÇÃO DO MAPA DIGITAL	57
4.1 Aulas oficinas	57
4.2 A produção dos alunos	65
4.3 A aula “Colonização portuguesa na América”	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	83
ANEXOS	88

1 INTRODUÇÃO

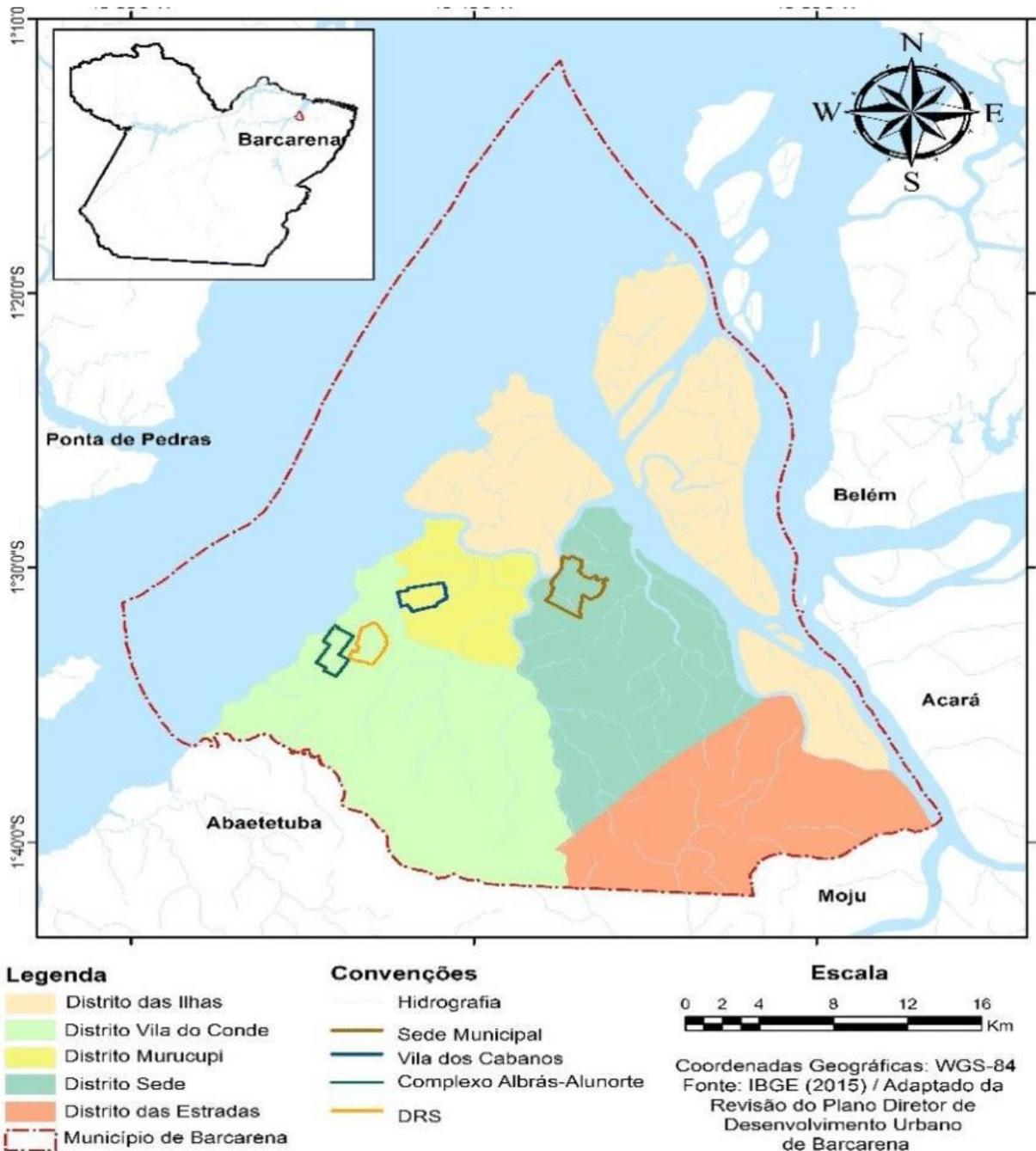
Antes de esclarecer objetivamente o percurso prático do meu trabalho de dissertação do Mestrado Profissional em Ensino de História, é importante apresentar uma inquietação teórica da pesquisadora de estudos hispânicos Vildan Bahar Tunkay (2013), na qual a autora aponta a cartografia indígena no contexto pós independência dos países da América Latina como pouco científica.

Essa problemática me chamou atenção como professor e pesquisador de história por duas razões. Primeiramente, o livro didático que utilizo em sala de aula abriu a possibilidade de abordar a cartografia social para ampliar o conhecimento sobre o assunto “Colonização portuguesa na América”, presente no 7º ano. A segunda razão foi o interesse em fazer um estudo da comunidade indígena Mortigura, em Barcarena, pois eles sofreram com a colonização portuguesa e até hoje sofrem ameaças com as instalações industriais de ALBRÁS/ALUNORTE para permanecerem em seu território e, por isso, atualmente possuem como instrumento de luta um mapa social.

Foi possível, por meio de uma plataforma digital e interativa chamada *Genially*, aperfeiçoar esse mapa social feito pela comunidade indígena Mortigura, junto aos alunos do 7º ano do Instituto de Educação Básica Cristo Rei, dinamizando o ensino sobre a colonização portuguesa na América por uma perspectiva diferente. Por ser assim, o Ensino de História possibilitou a mobilização de ferramentas para a aprendizagem, como a utilização de mapas, podendo ser uma alternativa válida para dinamizar as aulas.

Dessa forma, proponho neste estudo a nível de dissertação de Mestrado Profissional o uso da cartografia social em formato digital. Considero como ponto de partida o conteúdo “Colonização portuguesa na América”, presente no livro didático “Conquista: Solução Educacional: ensino fundamental: 7º ano: história” (2023) utilizado no Instituto de Educação Básica Cristo Rei, localizado em Barcarena-PA.

Como fio condutor dessa pesquisa, foi essencial analisar os mapas desse livro, buscando perceber a representação acerca da atuação dos povos indígenas e ampliar a compreensão desse processo no tempo presente em Barcarena-PA, propondo aos alunos o estudo do mapa social feito pelo povo Mortigura, relacionando o conteúdo estudado no livro didático com a realidade atual desse povo originário.



Fonte: ResearchGate, 2024¹

A cidade de Barcarena, localizada na região nordeste do estado do Pará, faz parte da região metropolitana de Belém, a capital do estado, desde a aprovação da Lei Complementar N° 164 pela Assembleia Legislativa do Pará, em 5 de abril de 2023. Segundo o censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a cidade possui 126.650 pessoas,

¹ Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-01-Mapa-de-localizacao-do-municipio-de-Barcarena-PA_fig1_345123157. Acesso em 13/04/2024.

com densidade de 96,65 habitantes por quilômetro quadrado. Seu território equivale a 1.310,338 Km² (IBGE, 2023²).

O povo indígena Mortigura está localizado no distrito de Barcarena denominado “Vila do Conde”, nome relacionado ao Diretório dos Índios, pois segundo os professores barcarenenses Jacobson Estumano, João Poça, Luiz Guimarães e Roberto Anjos (2018), os nomes das antigas missões jesuíticas, como a Missão dos Mortigura, foi mudado para o nome português “Vila do Conde”. É importante destacar que essa comunidade se autorreconhece indígena por uma série de invasões ao seu território provocadas por empreendimentos capitalistas, como ALBRÁS/ALUNORTE, instalados desde a década de 1980. Marcel Theodor Hazeu fez um trabalho que discute essa questão como um cenário de guerra. Segundo o autor: “As olarias, serrarias, fábricas de palmito, plantações de abacaxi, coco e laranja, os sítios e as roças cederam lugar ao porto de Vila do Conde, à fábrica Alunorte, à estação de energia Eletronorte e à nova urbanização” (Hazeu, 2022, p. 33). Esse processo configurou uma constante invasão sobre a população local, mobilizando politicamente os moradores a construir uma cartografia social que aciona seus modos de pertencimento ao espaço, reforçando sua identidade indígena a partir de referências culturais existentes.

Minha relação com esse povo indígena começou em função de meu ofício como professor de história. No ano de 2019, conheci o Professor Roberto dos Anjos, da Secretaria Municipal de Educação de Barcarena (SEMED), em uma formação de professores à época na escola privada Centro Educacional Sementinha do Saber (CESS), onde eu atuava. Essa formação foi ministrada por ele para todos os docentes dessa escola no início do ano letivo. A partir daquele momento, por meio de assuntos que envolvem a sala de aula, busquei trocar informações com Roberto, que tinha enriquecido meu olhar como professor a partir de discussões metodológicas para o ensino, ao passo que pude compartilhar com ele meu interesse de trabalhar a história indígena em Barcarena dentro da sala de aula. Curiosamente, Roberto revelou que fazia parte de uma comunidade em Vila do Conde, denominada “Nova Canaã”, terra dos primeiros povos originários, os Mortigura, onde até os dias atuais sua população busca permanecer, apesar de o local ser ameaçado por empreendimentos capitalistas. A partir daquele momento, busquei materiais que pudessem me ajudar na compreensão dessa história, como o livro didático “Barcarena: cidade da gente” (Estumano et. al., 2018).

Sobre a escola em que atuo e desenvolvo a metodologia ativa sobre os indígenas, trata-se do Instituto de Educação Básica Cristo Rei, uma escola de ensino privado localizada na Rua

² Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 13/04/2024.

Capitão Tomé Serrão, nº 101, Bairro Centro, e funciona na cidade de Barcarena desde 1983 (40 anos), fundado pela Prof^a Maria Siqueira dos Santos Dias. A instituição atende os segmentos da educação infantil, ensino fundamental I e II e conta com uma estrutura física de 14 salas de aula climatizadas, direção, coordenação, secretaria, sala de professores, sala de leitura, tesouraria, cantina, psicologia, 8 banheiros e 1 quadra coberta para atividades esportivas (IEB Cristo Rei, 2023³).

Quanto a minha atuação na escola, estou há três anos incompletos até o momento da escrita desta dissertação trabalhando com turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II da escola. Observei que a instituição sempre está empenhada em um programa de ensino voltado ao desenvolvimento das competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), exigindo que os professores criem projetos e metodologias ativas para contemplar as demandas desse documento nacional. Diante disso, já existe uma atmosfera entre direção, coordenação e corpo docente para a elaboração de práticas semelhantes ao trabalho desenvolvido pelo PROFHISTÓRIA.

Em pleno exercício de minhas atividades docentes na escola, articulei um plano de ação dentro de alguns dias letivos que tinha disponíveis para iniciar e concluir meu trabalho com a turma do 7º ano, escolhida para aplicação da metodologia, do período de Janeiro a Agosto de 2023. Para a escola, entreguei um projeto de ação vinculado ao tema “Colonização portuguesa na América”. Nesse plano de ação, estão as oficinas de cartografia e a utilização do mapa digital.

Em relação à turma da escola onde desenvolvi a metodologia ativa da dissertação, esta possuía 25 alunos (não indígenas), com faixa etária de 11 a 12 anos, residentes de Barcarena, espalhados pelo bairro em que se localiza a escola e proximidades. Quanto ao perfil socioeconômico dos estudantes, eles fazem parte de uma classe média, a maioria já sendo aluno da escola em anos anteriores.

Minha inquietação como professor desses discentes partiu do uso do livro didático que é trabalhado na escola, pois somente esse recurso não é suficiente para contemplar uma aprendizagem significativa. Segundo Jaime Pinsky e Karla Pinsky (2016), essa aprendizagem significativa busca humanizar os educandos por meio da cultura que esse público está inserido. Sendo assim, o tema que discuti com os alunos, “Colonização portuguesa na América,” apresenta o processo por uma perspectiva hegemônica, em que a ocupação territorial empregada pelos portugueses se desenvolveu levando em consideração apenas os interesses coloniais, sem contemplar o protagonismo dos indígenas em mapas presentes no livro da escola. Isso contribui

³ Disponível em: <https://www.iebcristorei.com.br/>. Acesso em: 13/04/2024.

para a não aproximação da realidade geográfica e histórica de Barcarena, marcada por uma história de resistência dos indígenas Mortigura às invasões em seu território originário desde a colonização portuguesa.

Dentro dessa realidade, foi necessário pensar questões teóricas essenciais na construção de uma metodologia para materializar a proposta da utilização da cartografia social em sala de aula. Primeiramente, as reflexões feitas pelo historiador dos mapas, John Brian Harley (2005), ajudaram a perceber que os mapas personificam o poder, ou seja, as representações gráficas contidas nos mapas do livro didático possuem interesses políticos.

Os intelectuais indígenas Ailton Krenak (1999) e Daniel Mundurucu (2012), em seus diferentes percursos, contribuíram como tema ao pensarem sobre a condição dos povos indígenas no tempo presente. Krenak, aponta uma continuidade histórica do encontro entre colonizadores e povos originários, em que as interferências projetadas desde a primeira invasão territorial em 1500 geraram consequências até os dias de hoje. Além disso, Mundurucu esclarece que a luta pelo reconhecimento dos territórios indígenas pelo Estado brasileiro mostrou a rede de solidariedade que os diferentes povos originários tiveram que estabelecer em um contexto de ditadura militar no Brasil, demonstrando como as ameaças territoriais se configuram em problema comum entre os povos indígenas.

Seguindo uma postura crítica sobre as relações de poder dentro das narrativas do ensino de história, me aproprio dos escritos do sociólogo Aníbal Quijano (2005), problematizando a ideia de “modernidade”, bastante presente nas aulas de história, considerando também a “Interculturalidade crítica” de Catherine Walsh (2009), pois o meu estudo sobre os indígenas Mortigura aproxima o trabalho de uma perspectiva de pessoas que sofreram histórica submissão e subalternização.

Ao buscar experiências de outros professores de história sobre a temática indígena em sala de aula, Edson Silva e Antonio Dyego Vasconcelos Garcia (2019) apontaram que indígenas nas aulas de História, em geral, são citados em momentos que não demandam tipo algum de protagonismo e, em alguns casos, são ridicularizados pela prática do escambo. Giovani José da Silva (2018) discute que houve um longo processo de lutas dos movimentos indígenas e indigenistas para inclusão do ensino da temática no ensino básico. Dessa forma, a Lei 11.645 de 2008 e o parecer CNE/CEB nº 14 de 2015 estabeleceram a obrigatoriedade do ensino de História indígena por meio de práticas que buscam protagonizar os povos originários.

Na sistematização desta dissertação, dividi três capítulos que explicam desde as inquietações iniciais até a aplicação do mapa digital na ampliação do conteúdo “Colonização

portuguesa na América”. No primeiro capítulo, intitulado “LIVROS DIDÁTICOS E OS MAPAS”, busquei analisar os mapas que aparecem no assunto escolhido do livro didático utilizado no IEB Cristo Rei, demonstrando as problemáticas e a possibilidade de ampliação do conhecimento por meio de outra cartografia.

Dentro desse capítulo, escrevi quatro tópicos, o primeiro é denominado “O LIVRO DIDÁTICO CONQUISTA SOLUÇÃO EDUCACIONAL: 7º ANO: HISTÓRIA”, no qual busquei apresentar o alinhamento que o material tem com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para entender a proposta de abordagem direcionada aos povos indígenas. O segundo tópico tem o nome “MAPAS DO LIVRO DIDÁTICO”, em que fiz uma análise da função dos mapas dentro do assunto sobre colonização portuguesa na América. O terceiro tópico, apresentado como “O PROTAGONISMO INDÍGENA NA CARTOGRAFIA”, discute o papel da cartografia para a luta dos povos indígenas para garantir a demarcação de sua terra. Por último, o tópico “A CARTOGRAFIA NO ENSINO DE HISTÓRIA” discute a potencialidade da cartografia digital como produto didático.

Já no segundo capítulo, intitulado “O MAPA DIGITAL: REFLEXÕES TEÓRICAS E CONSTRUÇÃO”, fiz reflexões teóricas sobre mapas sociais e descrevi a construção do mapa criado pelos indígenas Mortigura. Para discutir esse capítulo, também dividi em 4 tópicos, o primeiro nomeado “O MAPA SOCIAL FEITO PELOS INDÍGENAS MORTIGURA” demonstrando o mapa criado pelos indígenas e a história de luta desse povo pela demarcação de sua terra em Barcarena, no distrito de Vila do Conde. No segundo tópico, “A POTENCIALIDADE DIDÁTICA DO MAPA SOCIAL FEITO PELOS INDÍGENAS MORTIGURA”, discuti os aspectos possíveis presentes no mapa social dos Mortigura para serem aplicados em sala de aula. No terceiro tópico, “A CONTRIBUIÇÃO DOS INDÍGENAS MORTIGURA PARA O MAPA DIGITAL”, relacionei a luta política pela permanência dos Mortigura em seu território à proposta do mapa digital como produto didático. Para o quarto tópico, “OS ALUNOS E O MAPA DIGITAL”, apresentei os alunos da turma do 7º ano e a participação dos discentes no processo de construção do mapa digital.

Por fim, no terceiro capítulo “A METODOLOGIA: ETAPAS PARA APLICAÇÃO DO MAPA DIGITAL”, apresentei a aplicação metodológica e os resultados obtidos com a utilização do mapa digital em sala de aula, criado a partir das representações gráficas desse povo originário de Barcarena. Esse capítulo foi subdividido em 3 tópicos, o primeiro chamado de “AULAS OFICINAS”, em que expliquei o processo de construção do produto didático, o mapa digital por meio de oficinas. No segundo tópico, “A PRODUÇÃO DOS ALUNOS”, apresentei

de forma prática e material a percepção dos alunos por meio do processo de construção do mapa digital. Por último, no tópico “A AULA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA AMÉRICA”, mostrei a aplicabilidade do mapa digital ao assunto estudado no livro didático “Conquista Solução Educacional”.

2 O LIVRO DIDÁTICO E OS MAPAS

Neste primeiro capítulo, intitulado “LIVROS DIDÁTICOS E OS MAPAS”, busco analisar os mapas que aparecem no assunto escolhido do livro didático utilizado no IEB Cristo Rei, demonstrando as problemáticas e a possibilidade de ampliação do conhecimento por meio de outra cartografia. Para tanto, escolhi o livro didático como objeto para o estudo dos mapas porque no Instituto Cristo Rei, assim como em outras escolas privadas em que também atuo, o livro didático é um recurso obrigatório em todas as aulas, sendo utilizado como uma materialização da diretriz chamada de Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que estabelece os conhecimentos essenciais para a aprendizagem no ensino básico em todo o território brasileiro.

Nesse sentido, sua utilização é atravessada por muitos desafios, como a extensa disposição de conteúdos no ano letivo, relacionada a pequena carga horária mensal de apenas 10 horas aulas no 7º ano da referida escola. Assim, faz-se necessário tornar as aulas cada vez mais assertivas quanto ao objetivo de aprendizagem e também dinamizar os recursos a serem utilizados, como os mapas presentes no livro, que ajudam a tornar a aula mais engajadora para os alunos.

Cabem, assim, algumas definições teóricas do livro didático para entender seu papel dentro do meu trabalho como professor. Para Kazumi Munakata (2016), o livro didático está relacionado a um lugar específico na cultura escolar, em minha realidade, esse material é obrigatório, ou seja, sem ele a cultura escolar é descaracterizada. Outro autor, Alain Choppin (2004) aponta que o livro didático tem uma função referencial, seguindo à risca as diretrizes educacionais nacionais. Por isso, no Instituto Cristo Rei esse material é indispensável, pois a BNCC propõe aprendizagens essenciais que o professor deve materializar em sala de aula.

Os mapas, foco principal do meu trabalho, como já mencionado na introdução, são personificações do poder (Harley, 2005), além disso, é importante pensar nas múltiplas definições de mapas que são importantes para os caminhos de discussão deste trabalho. Para Carlos Tiné da Silva Pereira (2020), a cartografia também pode ser construída dentro da sala de aula, contra os discursos dominantes presentes em livros didáticos. No meu caso, os alunos do 7º ano do IEB Cristo Rei foram imersos no mapa social já produzido pelos indígenas Mortigura, ampliando sua percepção da colonização portuguesa para além das perspectivas cartográficas presentes no livro didático utilizado na escola.

Marcelo da Silva (2021) complementa esse debate pensando que a globalização não considera as diversas interpretações do espaço, emergindo assim a necessidade do reconhecimento das múltiplas realidades e reivindicações urbanas de um local específico. Em Barcarena, devido às transformações urbanas causadas pelas instalações das empresas mineradoras Albrás/ Alunorte a partir da década de 1970, foram causadas diversas modificações não apenas na arquitetura da cidade, mas na cultura e a forma que os moradores enxergam sua localização. Portanto, os alunos do 7º ano do IEB Cristo Rei, puderam, por meio de sua imersão no mapa social dos indígenas Mortigura, ampliar e perceber uma narrativa contrária ao olhar generalizante da colonização portuguesa.

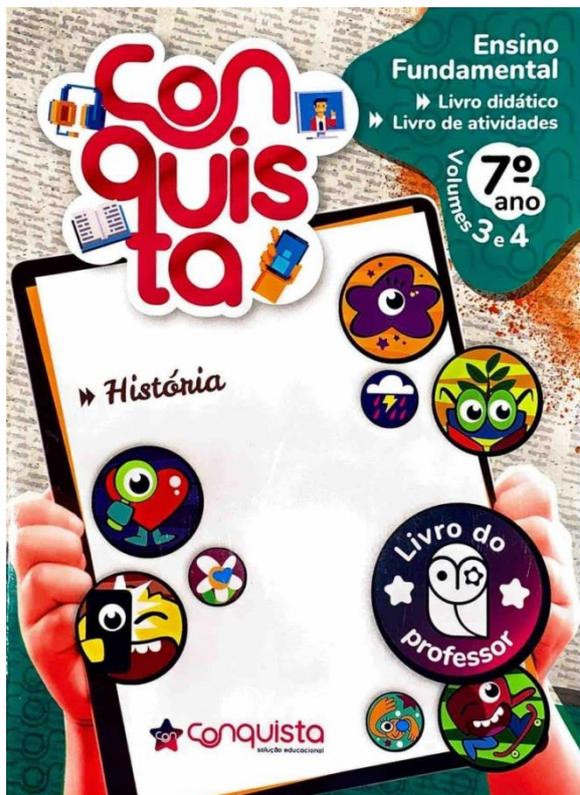
2.1 O livro didático “Conquista Solução Educacional: 7º ano: história”

O livro didático disponível na escola é a obra “Conquista: Solução Educacional: ensino fundamental: 7º ano: história”, cuja autoria é de Fabiane Miriam Furquim, doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná. Sabendo que o conteúdo escrito no material é significativamente moldado segundo as demandas do mercado editorial e da realidade local onde foi produzido, me atento para suas carências que não o aproximam da realidade geográfica e histórica de Barcarena que os alunos do IEB Cristo Rei estão inseridos, tendo em vista que o livro foi produzido no eixo sul do Brasil e vendido para o eixo norte.

Enquanto professor do Instituto de Educação Básica Cristo Rei, percebi que o livro didático é o recurso mais utilizado em sala de aula, pois é a base para o planejamento anual docente. Sabendo de sua importância em minhas práticas cotidianas, procurei me atentar para a sua organização teórica e metodológica, já que é a principal referência para a abordagem de conteúdos com os alunos.

Trabalho em sala de aula com esse material desde quando iniciei meu vínculo empregatício na escola em 2021, dessa forma, a preferência da gestão escolar por esse livro tem relação com o custo-benefício oferecido para os alunos.

Imagem 2 - Capa do Livro Conquista: Solução Educacional.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2023.

Esse material traz em uma de suas primeiras páginas uma “Carta ao professor” que em termos práticos explicita a proposta pedagógica do material. Em um de seus trechos diz:

Atende às diretrizes apresentadas nos documentos oficiais que regulamentam a educação em nosso país. São eles: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 1996; Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014; Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), de 2013; Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2018. (Furquim, 2023, p. 3).

Sabendo que os documentos oficiais citados acima são indispensáveis para a construção de qualquer material a nível da educação básica, destaco a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Assim, cabe uma análise a respeito do projeto que o documento estabelece para a disciplina de História, pois o processo que envolveu sua elaboração atravessou diversas disputas em um contexto político conturbado no Brasil.

De acordo com o próprio documento oficial, a BNCC, trata-se de “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (Brasil, 2018, p. 7). Assim, faz parte de minha construção analítica deste trabalho considerar as

aprendizagens essenciais vinculadas ao 7º ano do ensino fundamental, referente à disciplina História, percebendo que o sentido dado à teoria e metodologia no conteúdo “Colonização portuguesa na América” do livro didático está direcionado às agências dos indígenas no passado colonial.

Esse livro, além de informar suas diretrizes curriculares, também sugere ao professor caminhos metodológicos para trabalhar os assuntos, no caso de “Colonização portuguesa na América”, são presentes termos como “resgatar”, “informar”, “questionar”, assim como indica uma leitura referencial para o docente enriquecer a aula por meio do livro “Histórias da gente brasileira” de Mary Del Priore (2016). Mesmo sabendo desses caminhos, percebo que a ampliação do conhecimento para a utilização do mapa social dos indígenas Mortigura me exige refletir além dessas sugestões, utilizando em sala de aula as narrativas dos intelectuais indígenas e dos sujeitos que vivem a ameaça em seu território em Barcarena, estritamente em Vila do Conde.

Para o 7º ano, a Base Nacional está estruturada em unidades temáticas, objetos do conhecimento e habilidades, ao passo que em sua divisão de unidades temáticas estão: O mundo moderno e sua conexão com sociedades africanas, americanas e europeias; Humanismo, Renascimento e Novo Mundo; A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano; por fim, Lógicas comerciais e mercantis da modernidade. Interessa-me pensar para essa discussão teórica “A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano,” de forma a compreender qual o caminho escolhido pela autora do livro “Conquista: Solução Educacional: ensino fundamental: 7º ano: história” ao construir sua narrativa sobre o passado colonial brasileiro.

Tabela 1 - Estrutura Da Unidade Temática “A Organização Do Poder E As Dinâmicas Do Mundo Colonial Americano”.

Unidade Temática	Objetos do conhecimento	Habilidades
A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano	A formação e o funcionamento das monarquias europeias: a lógica da centralização política e os conflitos na Europa	(EF07HI07) Descrever os processos de formação e consolidação das monarquias e suas principais características com vistas à compreensão das razões da centralização política.
	A conquista da América e as formas de organização política dos indígenas e europeus: conflitos, dominação e conciliação	(EF07HI08) Descrever as formas de organização das sociedades americanas no tempo da conquista com vistas à compreensão dos mecanismos de alianças, confrontos e resistências. (EF07HI09) Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as populações ameríndias e identificar as formas de resistência.
	A estruturação dos vice-reinos nas Américas Resistências indígenas, invasões e expansão na América portuguesa	(EF07HI10) Analisar, com base em documentos históricos, diferentes interpretações sobre as dinâmicas das sociedades americanas no período colonial. (EF07HI11) Analisar a formação histórico-geográfica do território da América portuguesa por meio de mapas históricos. (EF07HI12) Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico-cultural (indígena, africana, europeia e

Fonte: (BNCC para navegação, 2023⁴)

⁴ Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempointegral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 14/04/2024.

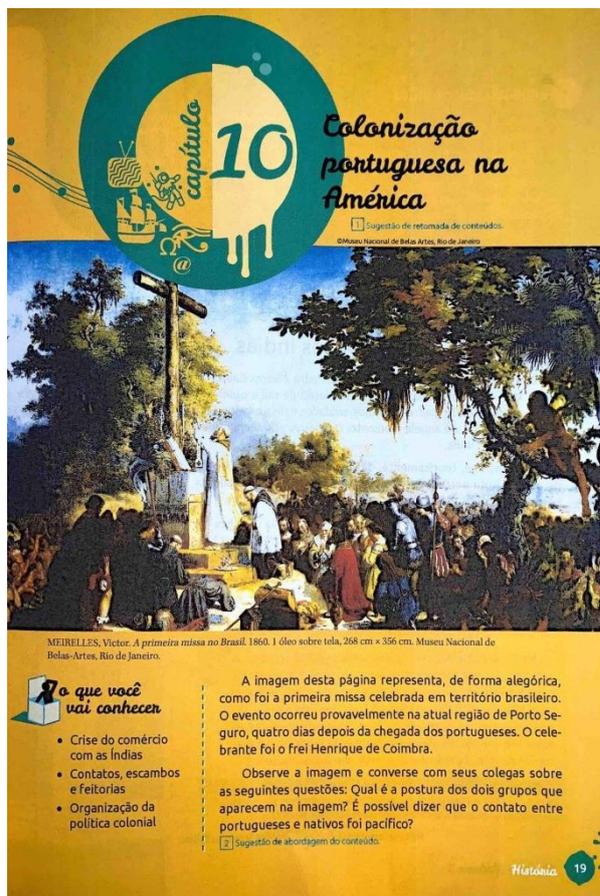
Notamos que a unidade temática “A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano” se divide por três objetos do conhecimento em que dois deles se referem às populações indígenas, além disso, quatro habilidades são relativas à agência dessas populações originárias. Devemos considerar que a BNCC é um projeto político carregado de interesses e disputas em relação às suas determinações como aprendizagens essenciais. Nesse sentido, é válido refletir sobre o problema levantado pelos autores Luis Fernando Cerri e Maria Paula Costa (2021), que identificam a exclusão neste currículo prescrito da dimensão escolar e da aprendizagem histórica, não equacionando as diferentes realidades nacionais.

O processo de aprendizagem histórica, que não está posto de forma sensível na BNCC, pode tornar a realidade escolar e seus problemas mais genéricos, como o caso do racismo. Para Mauro Cezar Coelho e Wilma de Nazaré Baía Coelho (2021), apenas uma reformulação curricular não é suficiente para o combate efetivo ao racismo, mas a discussão sobre os processos de abordagem didática e pedagógica na forma como eles afetam as crianças e adolescentes na sua relação com o mundo. Portanto, o livro didático “Conquista: Solução Educacional: ensino fundamental: 7º ano: história”, baseado na BNCC, carrega em sua construção todas as diretrizes curriculares prescritas, fazendo necessário analisar seus recursos, que me auxiliam como professor em sala de aula, e o sentido produzido em sua narrativa sobre o protagonismo indígena dentro do assunto “Colonização portuguesa na América”.

2.2 Mapas do livro didático Conquista: Solução Educacional: ensino fundamental: 7º ano: história.

Os mapas não estão isolados no livro, para entender sua função, antes, aparecem imagens que os auxiliam e têm um destaque importante no meio da narrativa, pois, além de ilustrar o texto, despertam a curiosidade do aluno para a aula que está sendo conduzida. No assunto “Colonização portuguesa na América”, presente no volume 3 da coleção letiva para o 7º ano, o referido assunto está no capítulo 10 e contém 16 páginas, incluindo os tópicos do conteúdo e as atividades. Começando por uma imagem representada pela pintura de Victor Meirelles “A Primeira Missa no Brasil”, de 1860:

Imagem 3 - Página De Abertura Do Conteúdo “Colonização Portuguesa Na América” Do Livro Conquista: Solução Educacional.



Fonte: Furquim, 2023.

Diante do exposto acima, o primeiro contato visual a ser percebido é com a imagem que aparece em maior proporção na página, não à toa, as imagens possuem um diálogo mais acessível com a linguagem dos alunos. Segundo a professora Circe Bittencourt (1997), ao se debruçar sobre o papel que as imagens assumem no livro didático, a autora levanta que “ver cenas históricas” era o objetivo que justificava, ou ainda justifica, a inclusão de imagens em livros didáticos (Bittencourt, 1997, p. 75). Em minha experiência como professor na instituição, percebi que os alunos concentram mais sua atenção no assunto quando as imagens dão sentido ao texto utilizado, concordando assim com a conclusão da professora Circe Bittencourt.

Na imagem contida na abertura do conteúdo, notamos um padre rezando a missa que foi, segundo a representação do artista Victor Meirelles, o primeiro momento religioso durante a colonização portuguesa. No entorno da cruz, perto de religiosos e conquistadores portugueses, aparecem indígenas, representados como sujeitos que somente assistiam aquele evento, na perspectiva de que os povos originários estavam passando por um processo de civilização, ao qual eram condescendentes, pois eram dóceis e não questionaram aquele acontecimento.

Fabiane Miriam Furquim, autora do livro “Conquista: Solução educacional” (2023), apresenta abaixo da imagem um texto provocativo: “Observe a imagem e converse com seus colegas sobre as seguintes questões: Qual é a postura dos dois grupos que aparecem na imagem? É possível dizer que o contato entre portugueses e nativos foi pacífico?” (Furquim, 2023, p. 19). Fica evidente que o procedimento didático a ser trabalhado utiliza a imagem como documento histórico, entretanto, a autora não se esforça anteriormente a desconstruir o processo representado como uma narrativa dominante que posiciona o colonizador português como civilizado e o indígena como sujeito inocente e pacífico. Nesse sentido, minha tarefa docente é fazer o papel de desconstruir a imagem juntamente ao aluno antes de analisar os mapas.

Faz-se necessário pensar na omissão ou silenciamento no material organizado sobre a temática “Colonização portuguesa na América”. Ao considerar que a autora poderia escrever em seu texto um posicionamento a respeito da pintura feita por Victor Meirelles, desconstruindo o documento para evidenciar o protagonismo indígena dentro da história do Brasil, ela deixa a análise à total responsabilidade do professor, podendo assim configurar um distanciamento da lei 11.645/2008 e do parecer CNE/CEB nº 14/2015.

O primeiro documento garante o ensino da história dos povos indígenas e suas contribuições na formação da sociedade nacional (Brasil 2008), já a segunda documentação oficial dispõe o histórico de políticas educacionais e o contexto da promoção de políticas públicas a partir de 2008. O parecer ainda destaca que a lei tem favorecido a construção de um ambiente escolar que permita a criação e a transformação da diversidade para superar preconceitos e discriminações étnico-raciais (Brasil, 2015). Dessa forma, a atuação dos povos indígenas deve ser reconhecida em todos os momentos da história, pois segundo Giovani José da Silva (2018) houve um longo processo de lutas dos movimentos indígenas e indigenistas para inclusão do ensino da temática no ensino básico, assim, o seu silenciamento descumpra as proposições oficiais de 2008 e 2015.

Ao observar o percurso narrativo da abertura do conteúdo “Colonização portuguesa na América” do livro *Conquista: Solução Educacional*, os povos indígenas são apresentados como meros espectadores da primeira missa no Brasil. Sabendo que o livro didático dentro da realidade do IEB Cristo Rei é um recurso obrigatório na aprendizagem, devo me preparar para o sentido que os alunos podem atribuir à representação que posiciona os indígenas à margem do processo antes de analisar os mapas, pois para Celênia de Souto Macêdo (2009) o livro é uma “verdade escrita na percepção dos educandos” a medida em que se permite certos abusos por apresentar os povos indígenas de uma forma dissimulada.

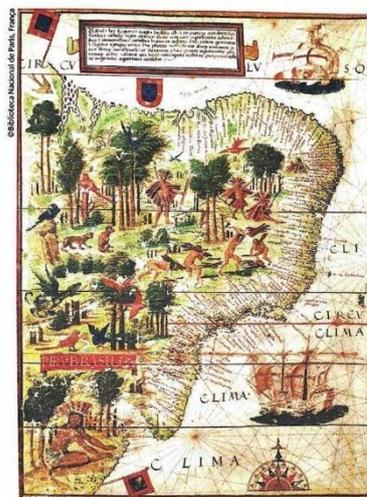
Percebendo que elementos como as imagens e os textos são essenciais para auxiliar o ensino do conteúdo, os mapas no livro didático assumem uma função importante para contribuir na identificação e análise da ocupação portuguesa na América. Dessa forma, é importante uma reflexão teórica sobre o uso dos mapas para o ensino de história. Esse estudo na disciplina amplia a sua dimensão ao dialogar com a geografia, entretanto, é importante situar o debate sobre uma face dessa área de conhecimento: a Cartografia, estudo que se preocupa com a investigação de mapas, pois esteve separado durante boa parte do século XX da Geografia. Segundo Sara Resende dos Santos (2016), enquanto a ciência geográfica passava por crises estruturalistas durante a primeira metade deste século, a Cartografia continuou se desenvolvendo, passando por alterações em suas impressões gráficas e formatações, passando a estar presente em livros didáticos de História.

Dessa forma, podemos considerar que essa ampliação do conhecimento, à medida em que dialoga com o campo da Geografia, possui sua particularidade ao pensar no movimento que a Cartografia coloca na minha pesquisa. Metodologicamente, o livro didático analisado “Conquista: Solução Educacional” não tem apresentado os mapas com definições dinâmicas para seu uso em sala de aula, pois apenas auxiliam imagens e textos, portanto, há uma necessidade de investigar essa fragilidade no material.

O livro analisado apresenta quatro mapas no conteúdo “Colonização portuguesa na América”, sendo dois deles considerados importantes para este estudo, que visa perceber a atuação dos indígenas durante o processo de colonização. O primeiro mostra o processo de ocupação portuguesa por meio da exploração econômica do pau-brasil, nele fica em destaque essa atividade econômica e a participação indígena nesse processo:

Imagem 4 - Ilustração Do Livro Conquista: Solução Educacional.

Para explorar o território brasileiro, foram organizadas feitorias em vários pontos do litoral. Nelas, os portugueses armazenavam os produtos extraídos das matas brasileiras, principalmente o pau-brasil. Depois, esses produtos eram embarcados nas caravelas e enviados a Portugal, a fim de serem vendidos em todo o continente europeu. Quando as reservas de madeira de uma região terminavam, os portugueses deslocavam-se para novas áreas do território, o que provocou sérios danos ambientais em parte da Mata Atlântica. Era o início da exploração predatória das riquezas naturais do Brasil por Portugal.



No Atlas Miller, elaborado por Lopo Homem em conjunto com outros cartógrafos, por volta do ano 1519, há um mapa com a representação de indígenas cortando e transportando pau-brasil. Também podem ser observadas caravelas no litoral.



HOMEM, Lopo. *Terra Brasilis*. [entre 1515 e 1519]. 1 manuscrito iluminado sobre pergaminho, 41,5 cm x 59 cm. Département de Cartes de la Bibliothèque Nationale, Paris. (Detalhe).

Eram os indígenas os responsáveis por derrubar as árvores, cortá-la em pequenos troncos, transportá-los até o litoral e acondicioná-los nas caravelas. Em troca, eles recebiam objetos considerados de pouco valor na Europa, como pentes, anzóis, espelhos, colares, facas e machados de metal. Por esse motivo, muitos historiadores afirmaram que a troca de pau-brasil era realizada por “bugiangas”.

A amistosidade dos primeiros contatos logo acabaria. Os indígenas não entendiam o trabalho como uma atividade contínua, visando à acumulação de mercadorias. Também não tinham a ideia de lucrar com a comercialização. Por isso, muitos resistiam ao trabalho forçado fugindo para locais ainda desconhecidos dos colonos ou atacando as fortificações em que estes viviam.

Fonte: Furquim, 2023.

No mapa de Lopo Homem, “Terra Brasilis,” de 1515, que a autora destaca em sua narrativa explicando como os povos indígenas são apresentados de uma forma muito genérica, na qual não se dá nome a etnia representada pela ilustração portuguesa. Logo, a significação para o aluno que possui esse material pode não ser suficiente para dar sentido ao conflito posto, tendo em vista que é um acontecimento que se desdobra longe de sua realidade.

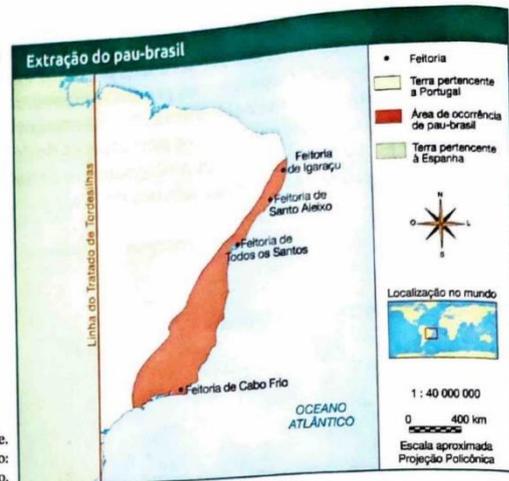
Contribuindo para essa análise, os professores Edson Silva e Antonio Dyego Vasconcelos Garcia (2019) apontaram que indígenas nas aulas de História, em geral, são citados em momentos que não demandam tipo algum de protagonismo e, em alguns casos, são ridicularizados pela prática do escambo. Por isso, fica evidente que na página demonstrada indígenas são descritos de forma genérica, como se todos que viveram no litoral fossem extrativistas do pau-brasil durante a colonização e aceitassem atuar nessa prática para os

portugueses, sem nenhum tipo de resistência. Podemos observar o mesmo problema no segundo mapa analisado:

Imagem 5 - Página 26 do Conteúdo “Colonização Portuguesa Na América” Do Livro Conquista: Solução Educacional.

No mapa ao lado, observe a extensão da região de onde se extraía o pau-brasil.

Para extrair essa madeira, os indígenas se deslocavam para o interior – observe no mapa as áreas mais afastadas do litoral. Depois, andavam vários quilômetros para transportar o produto até o litoral.



Fonte: ALBUQUERQUE, Manuel M. de. *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: FAE, 1988. p. 28. Adaptação.



interpretando documentos

A presença francesa no litoral do Brasil foi intensa. Uma das evidências disso foi o episódio da Festa de Rouen, em 1550. Sobre esse evento, leia o trecho a seguir.

Uma “festa brasileira” foi realizada diante do monarca francês Henrique II e da regente Catarina de Médicis. Para receber o casal reinante, a cidade de Rouen resolveu fazer uma grande cerimônia. Construíram-se vistosos monumentos – obeliscos, templos e arcos do triunfo –, e nesses locais aconteceu uma festa do Novo Mundo. Meio século depois da chegada dos portugueses ao continente, a voga parecia ser encenar os “homens do Brasil”: os “bravos Tupinambá”, aliados dos franceses. E assim se fez: cinquenta Tupinambá foram simular um combate perto do rio Sena e na presença da nobreza local. Para dar maior amplitude à festa, os indígenas foram misturados com mais de 250 figurantes vestidos à moda, e representavam cenas de caça, de guerra e de amor, além de aparecerem carregados de bananas e papagaios.

SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloísa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 36.

Com base no texto e em seus conhecimentos, marque **V** para as afirmações verdadeiras e **F** para as falsas.

- (v) Os europeus tinham curiosidade sobre a vida e os costumes dos nativos da América.
- (F) Os portugueses tinham total controle da costa brasileira e impediam qualquer aproximação de outras nações.
- (F) Os indígenas não suportavam a presença dos europeus, salvo em situações de trocas comerciais.
- (v) Os franceses fizeram grandes esforços para conquistar partes do território brasileiro, inclusive alianças com povos indígenas locais.
- (v) Os povos indígenas brasileiros fizeram diferentes alianças com os europeus.
- (v) A Festa de Rouen foi uma forma de aproximação entre os franceses e os Tupinambá, além de uma maneira de apresentar os nativos aos reis.

Na página demonstrada acima, temos um mapa que se intitula “Extração do pau-brasil”, contendo legenda de cores e orientação geográfica, evidenciando que a cor laranja representa a área que se encontrou esse recurso natural no território, já a área em amarelo significa que Portugal tinha domínio, e a área verde identifica o domínio espanhol. Ao lado esquerdo do mapa, o texto escrito para auxiliar sua leitura diz: “Para extrair essa madeira, os indígenas se deslocavam para o interior - observe no mapa as áreas mais afastadas do litoral” (Furquim, 2023, p. 26).

A presença desse último mapa destaca o interesse de extração do pau-brasil, já os indígenas representados pela narrativa textual da autora são pensados como mão de obra dos colonizadores portugueses. Entende-se que o objetivo do mapa é ilustrar por meio de áreas de ocupação o processo de exploração econômica a partir do século XVI. No entanto, mais uma vez a autora não busca elaborar uma explicação que evidencie a resistência indígena ao longo dessa relação entre colonizadores e povos originários.

Os mapas ajudam na construção do sentido dado ao conteúdo abordado no livro, para John Bryan Harley (2005) a natureza dos mapas carrega conhecimento e poder. Dessa forma, os interesses ligados à representação de Lopo Homem faziam parte de um contexto colonial de ocupação do Brasil, por isso, há uma necessidade de repensar essa representação no tempo presente, de maneira que os povos indígenas não sejam reduzidos à imagem da exploração do pau brasil naquela época, mas as suas diferentes formas de resistência a esse processo. O intelectual indígena Ailton Krenak (1999) questiona esse conhecimento e poder construído dentro da lógica colonial, pois, segundo o autor, o marco temporal de 1500 que inaugurou a invasão dos portugueses às terras indígenas não pode ser considerado a única possibilidade de interpretação da história, pois muitos povos produziram uma memória diferente desse período e não viveram uma única experiência.

Portanto, minhas inquietações a respeito dos mapas consideram outros elementos que acompanham esse recurso, como imagens e textos, pois contribuem para formação do sentido dado ao conteúdo à medida em que as representações gráficas do livro reforçam o problema dos estereótipos generalistas, como a prática da exploração do pau brasil, tanto no primeiro mapa, como no segundo analisados. É necessário refletir essa fragilidade do livro e pensar novas possibilidades de abordagem em sala de aula por meio da cartografia social, possibilitando uma perspectiva ampliada aos alunos do 7º ano do Instituto Cristo Rei.

2.3 O protagonismo indígena na Cartografia.

Os povos indígenas na História do Brasil vêm desempenhando um papel de luta e protagonismo pela garantia do seu direito a terras. De acordo com a Constituição Federal de 1988 Artigo 231 “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las” (Brasil, 1988). Mesmo com essa garantia constitucional, projetos de lei tem dificultado o avanço de povos indígenas nas demarcações de territórios, como a PL 490/2007, aprovada em 30 de maio de 2023, dispondo a restrição da demarcação de terras indígenas àquelas já tradicionalmente ocupadas por esses povos em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.⁵

Nesse sentido, a Cartografia tem sido um importante instrumento para comunidades indígenas demarcarem suas terras e lutarem contra ameaças que visam a flexibilização de seus direitos. O Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA), oferecido pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), tem buscado refletir sobre esses conflitos territoriais, assim como “formar intelectuais e profissionais mestres com conhecimento transversal sobre a realidade amazônica e com habilidades para analisar criticamente e propor projetos alternativos para as diversas situações sociais, políticas e ambientais que estão em curso na Amazônia”⁶. Alguns trabalhos desse programa demonstram como essa luta vem tomando espaço. Nas discussões teóricas, Rosa Eliana Torres (2019) escreveu sobre o povo do qual faz parte, o Povo Tremembé. Segundo a autora, seu trabalho analisou alguns discursos sobre o modo de vida e deslocamentos por diferentes lugares e atualmente em terras do Maranhão. Essas narrativas apresentadas consideraram uma análise crítica tentando romper com as classificações que subestimaram valores desse povo, que por séculos causou um processo silencioso e desmobilizador.

Outro trabalho importante que se preocupa com as dinâmicas dentro do território indígena é de Cliciane Costa França (2018), em que ela analisa a forma específica de mobilização dos Tenetehara-Guajajara como uma atividade política, mediante a reapropriação de um espaço, uma ação que apresenta uma ruptura que tem subvertido princípios de ordenamentos tidos como ‘legítimos’, mas que não atendem e não representam a vontade e a voz dessas comunidades.

⁵ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/06/01/projeto-do-marco-temporal-das-terras-indigenas-chega-ao-senado>. Acesso em: 13/04/2024.

⁶ Disponível em <https://www.ppgcspa.uema.br/sobre-o-ppgcspa/apresentacao/>. Acesso em: 13/04/2024.

Tomando como referências essenciais o atual contexto político do Brasil e seus conflitos indígenas por terras, é importante se atentar para as dinâmicas espaciais que os povos originários estão inseridos, pois a PL 490 não considera as constantes movimentações espaciais que estão diretamente ligadas à identidade e aos diferentes modos de vida. Segundo o site do Instituto Socioambiental (ISA), no qual constam dados do último levantamento estatístico sobre a quantidade de povos indígenas no Brasil, existem mais de 305 povos indígenas diferentes, somando 896.917 pessoas, destes, 324.834 vivem em cidades e 572.083 em áreas rurais, o que corresponde aproximadamente a 0,47% da população total do país (ISA, 2023⁷). Portanto, faz-se necessário pensar teoricamente a trajetória que a Cartografia tomou ao longo do tempo, podendo ter contribuído para não consideração das diferentes formas de existir e se relacionar com o território pelos indígenas.

A Cartografia, com um instrumento que carrega conhecimento e poder (Harley, 2005) pode estar a favor ou contra o governo. Neste trabalho, eu adoto uma concepção cartográfica que busca por meio da definição do inglês historiador dos mapas, John Brian Harley, pensar o potencial de atuação de povos indígenas por meio de suas próprias noções de espaço e representação de seu território, para garantia de seu direito constitucional à terra.

É necessário também para pensar essa mobilização indígena, no campo das lutas por territórios. O problema de colonialidade, para Aníbal Quijano (2005), significa uma elaboração intelectual da modernidade que demonstra um padrão de poder: colonial/moderno. Dessa forma, foi posto um desafio para elaboração de novas análises sobre a atuação de povos indígenas, resultando assim em uma decolonialidade. Nesse campo de discussão histórica sobre a cartografia, alguns trabalhos têm se esforçado em desconstruir essa estrutura de poder que os colonizadores europeus estabeleceram.

Os autores Lana Moraes, Carlos Carvalho, Manoel Rendeiro e Tiago Gil (2021) fizeram uma análise crítica com o objetivo de desmontar a cartografia indigenista de Curt Nimuendajú a sua representação feita sobre povos indígenas da América do Sul. Para esses historiadores, Nimuendajú, em suas escolhas técnicas, representou alguns espaços da América como vazios, sendo eles ocupações indígenas. Assim, concluíram uma “retórica das ausências”, quando revelaram esse problema pela utilização por camadas de dados de épocas mais recuadas. Outro trabalho, que também segue o caminho da decolonialidade, é o de João Pedro Galvão Ramalho, Manoel Rendeiro Neto, Vinicius Sodré Maluly e Tiago Luís Gil (2020), no qual discutem “Os grupos nativos e a morfologia da conquista na América Portuguesa”, buscando perceber a

⁷ Disponível em: <https://www.socioambiental.org/>. Acesso em: 14/04/2024.

atuação de povos originários do Brasil na formação de vilas e cidades durante a ocupação portuguesa. Segundo os mesmos autores, a pretensão de destacar os nativos enquanto atores de agência e também de resistência, desde as micro-relações familiares até os mais extensos e verticais planos de guerra, demonstra que se devem aos indígenas as grandes proporções populacionais e urbanas que se desenharam ao longo da história do Brasil.

Diante dessas constatações teóricas, os povos indígenas devem ser visualizados na Cartografia por meio de suas lutas, que evidenciam a proporção de seus protagonismos nos mais diferentes campos de configuração espacial, pois segundo os próprios autores dos trabalhos mencionados acima, há uma ausência historiográfica de discussão sobre essas agências que explicam o avanço dos colonizadores no território brasileiro. De forma semelhante, me parece que o livro didático “Conquista: Solução Educacional,” de autoria de Fabiane Miriam Furquim, não se preocupa em fazer uma narrativa que busque de alguma forma protagonizar os povos indígenas no tema “Colonização Portuguesa na América”. Como orientações legais de leis 11.645/08 e parecer CNE/CEB nº 14/2015, além do ensino de história ter o papel de pensar questões que abordam as contribuições dos povos indígenas para a formação do Brasil, novas ações pedagógicas devem mobilizar o ensino da história para o combate da discriminação racial.

É indispensável reconhecer que o ensino da história e da cultura indígena no Brasil é parte de uma luta política dos povos indígenas contra discriminações raciais. As reformas educacionais que vieram ocorrendo a partir da constituição de 1988 incluem o compromisso do ensino com a existência desses grupos que ficaram em grande parte da história da educação no Brasil em posições de submissão e de desaparecimento.

Mesmo com uma esfera complexa de diversidades culturais e identitárias, esses povos tiveram como saída a articulação de movimento social que somou suas demandas ao objetivo de reconhecimento de seus territórios e formas de existências. Clovis Antonio Brighenti (2015) fez um estudo das articulações políticas de povos originários do período colonial brasileiro, observando que a partir desse momento lutavam ressignificando sua condição de “colonizados” fazendo alianças entre si.

Além disso, Daniel Mundurucu (2012), ao refletir sobre a formação dos movimentos sociais indígenas, a partir da década de 1970, levantou a grande rede de solidariedade que foram criando para amadurecer o contexto de redemocratização que a oposição política ao regime militar estava desenhando no Brasil. Esse protagonismo, percebido no contexto da década de 1970 pela necessidade de luta por cidadania, marca o pensamento atual do ensino de história,

pois durante muito tempo se desprezou as diferentes formas de atuação em cenários desfavoráveis à manutenção da vida e da dignidade dos povos originários.

Como base legal para o desenvolvimento do pensar uma história correspondente às demandas e ações desses povos, a Lei 11.645/08, defende o ensino de história dos povos indígenas para além de todo processo colonial doloroso no Brasil, refletindo sobre a agência desses povos no passado até o tempo presente, identificando as diversas formas de existência e resistência. De acordo com o inciso 2 desta lei: “Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (Brasil, 2008). Assim, meu objetivo em pensar o conteúdo “Colonização portuguesa na América” do livro “Conquista: Solução Educacional” está relacionado às demandas do tempo presente, em especial a luta por terra do povo indígena Mortigura de Barcarena.

O caso em especial dos indígenas Mortigura está relacionado a um deslocamento compulsório pela chegada de empresas do ramo da mineração, o Boletim informativo de 2019 publicado pelo Programa de Pós-Graduação de Cartografia Social da Amazônia (PPGCSA) identificou como principais responsáveis a fábrica Alunorte, estação de energia Eletronorte e a nova urbanização (Nunes et. al., 2020, p. 2). Esse estudo, feito na comunidade para construção de uma cartografia social, teve como resultado os relatos e as representações sociais dos participantes das oficinas no processo de automapeamento, além de identificar situações de conflitos na forma de uso do território em questão.

Há uma identidade indígena muito marcante na fala dos moradores, a exemplo de Valdete dos Santos Dias, quando foi entrevistada durante uma das oficinas de Cartografia registrada pelo Boletim informativo de 2019: “[...] *ah! porque a gente, nós somos ‘Murtigura’.* Na escola meus colegas perguntam: *Você é índia? Sou índia sim (...)*” (Valdete dos Santos Dias. *Oficina de Cartografia Social, 17/03/2019*). Outro morador, Roberto Rodrigues, ainda reforça sobre um rio que faz parte de seu território: “*O Curuperé na verdade ele sempre foi habitado pelos indígenas. Nessa mesma região do Curuperé, Vila do Conde, Montanha até as margens do Rio Arienga era tudo habitado pelos indígenas*” (Roberto Rodrigues. *Oficina de Produção da Cartografia Social, 01/06/18*). Podemos perceber nas duas falas que existe de forma bem clara a ancestralidade indígena no processo de identificação social, no primeiro caso, Valdete se assume indígena quando é perguntada na escola, no outro, Roberto, quando se refere à região banhada pelo Rio Curuperé. Apesar disso, a população do Conde que está ameaçada

de sair do seu território por um “deslocamento compulsório” não têm suas terras demarcadas como terras indígenas.

Esse deslocamento compulsório mudou não somente o estilo de vida da comunidade, como desencadeou uma guerra das famílias que já moravam no local com os empreendimentos capitalistas. Entre as décadas de 1970 e 1980, o Brasil viveu um período áureo de sua economia, principalmente devido à sua relação com o capital estrangeiro, tiveram início as obras de implantação do Projeto Albrás/Alunorte. Essa área ocupada pelo projeto abrangeu Vila do Conde em Barcarena. Na década de 1990, novos empreendimentos industriais, como a Pará Pigmentos S.A. e a Rio Capim Caulim e empreendimentos comerciais e de serviços, se instalaram no Município de Barcarena (Tourinho, 1991). Assim, evidenciou-se um processo de migração local, que está ligado à nova organização da economia e do espaço.

Por esse motivo, a guerra que está presente na área de Vila do Conde em Barcarena, onde a comunidade Mortigura está localizada, se relaciona aos mapas (Hazeu, 2022), pois as famílias da região procuraram por meio de uma representação própria de seu espaço referências culturais que acionam seus modos de vida tradicional.

2.4 A Cartografia no ensino de História

O presente trabalho, devido à proposição da utilização da Cartografia Social no Ensino de História, se apoia nessa possibilidade porque trabalhos anteriores já experimentaram a potencialidade didática contida nos mapas. O Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), do qual faço parte como discente, foi criado em 2013 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo como objetivo proporcionar formação continuada a professores e professoras da rede pública, contribuindo para a melhoria da qualidade do exercício da docência em História na educação básica (UFPA, 2023⁸). Neste programa, há significativas produções de alunos egressos que pensaram a Cartografia como objeto metodológico no ensino de história.

No ano de 2020, João Nazareno Pereira Corrêa, aluno egresso do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) ofertado pela Universidade Federal do Pará, escreveu sua dissertação com o título “Cartografias do Patrimônio Cultural do bairro do Jurunas”, buscando movimentar, por meio da história local dos estudantes da escola Vereador Gonçalves Duarte, elementos do espaço urbano e do patrimônio cultural com saberes da História

⁸ Disponível em: <https://profhistoria.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao>. Acesso em: 24/04/2024.

escolar. O autor, pelas suas inquietações na procura de metodologias que pudessem envolver esses alunos a partir da participação efetiva nas aulas de História, tendo em vista os mais diferentes desafios sendo professor dessa escola pública, encontrou na cartografia um campo de interação entre o espaço vivido pelos alunos e o conhecimento histórico. A estratégia adotada nessa ocasião foi o uso e análise de mapas mentais, produções textuais e fotografias elaboradas pelos próprios discentes (Corrêa, 2020, p. 8).

Outro trabalho importante para ajudar a pensar o uso dos mapas em sala de aula foi escrito em 2023, de autoria do aluno egresso do PROFHISTÓRIA da Universidade Federal do Pará, Werner Rebelo Monteiro, intitulado “Mapa digital da ilha de Caratateua: patrimônio ambiental e ensino de história na Educação de Jovens e Adultos”. Nessa proposta, o mapa digital buscou apresentar o conjunto patrimonial ambiental da Ilha de Caratateua, desenvolvido através de pesquisas sobre o histórico desse lugar, fotografias, vídeos institucionais, matérias jornalísticas, podcast e entrevistas realizadas pelo professor pesquisador e por discentes da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) da EEEFM do Outeiro (Monteiro, 2023, p. 6). Muitas memórias individuais e coletivas construídas em comunidade que mostram histórias de lugares, espaços e patrimônios ambientais abandonados e esquecidos foram aproveitadas na obtenção e elaboração do Mapa Digital utilizado pelo professor. Dessa forma, considero as duas experiências citadas importantes, pois, embora os públicos destinados ao uso de mapas sejam distintos, a potencialidade que a cartografia traz para o ensino de história está em protagonizar os alunos no seu processo de aprendizagem.

Nesse plano de relevância da cartografia no ensino de história, é importante pensá-la como um objeto que materializa o conhecimento para os alunos, pois na vida prática desses estudantes os mapas que eles têm contato, sobretudo no livro didático, abrem a possibilidade não apenas de identificar a localização de algum evento histórico desse livro, mas entender esse recurso como uma fonte de investigação. Quando o historiador Jorn Rusen (2007) buscou de forma teórica explicar dentro da metodologia do ensino da história a categoria “Pragmática”, as situações genéricas da vida dos homens, como experiências e interpretações do tempo, apontados por ele como “consciência histórica”, possuem fundamental importância para investigação científica.

Assim, a cartografia, que pode aparecer no livro didático como uma ilustração de um texto, apenas reforça um pensamento histórico generalista sobre a extração do pau brasil e o processo de colonização portuguesa, como no livro “Conquista: Solução Educacional”. Isso deve ser considerado como um ponto de partida para uma investigação mais elaborada.

Ao pensar criticamente uma dinâmica que mobilize as estruturas estanques da metodologia do ensino de história, Peter Lee (2006) propõe um caminho para o conceito de “literacia histórica.” Segundo esse historiador, os estudantes podem se orientar no tempo por meio de uma “estrutura histórica utilizável”, na qual os alunos são capazes de utilizar o passado para ir além dos eventos, ao passo que considerem suas próprias perguntas para chegarem em novos conhecimentos.

Por esse caminho, tendo em vista a orientação prévia do professor, a cartografia, encontrada no livro didático “Conquista: Solução Educacional” pode ser o ponto de ligação para novos conhecimentos, considerando outras cartografias, como a social, que possibilita mais interpretações sobre o tempo estudado. No presente caso, o livro mostra cartografias feitas por colonizadores e outras representações gráficas baseadas em narrativas hegemônicas da colonização, abrindo a possibilidade dentro do ensino de história de ampliar o conhecimento mediante a utilização de novos mapas ao conteúdo “Colonização Portuguesa na América”, como o mapa social feito pelos indígenas Mortigura em Barcarena.

Visando uma pedagogia crítica, que busca a visibilização e a contribuição dos indígenas Mortigura para uma utilização do mapa digital em sala de aula, me aproprio do conceito de “Interculturalidade crítica”, de Catherine Walsh (2009), em que a construção é feita a partir das pessoas que sofreram histórica submissão e subalternização. Portanto, a luta do povo Mortigura em Barcarena pelo seu território, ameaçado por projetos capitalistas como Albrás/Alunorte, apresenta um caminho possível pela utilização do seu mapa social dentro metodologia do ensino de história, logo, é possível ampliar a compreensão da “Colonização portuguesa na América” que dispõe um conjunto de mapas com uma narrativa hegemônica no livro didático, para ampliar a compreensão do processo por um mapa social que contrapõe o pensamento colonizador, por meio de referências culturais indígenas do povo Mortigura que aciona seus modos de existir no espaço em Barcarena.

Refletindo sobre a minha proposta alinhada a uma pedagogia crítica, que busca a visibilização e contribuição dos indígenas Mortigura, por meio de sua cartografia social, para a aula de “Colonização portuguesa na América”, também me baseio nos escritos dos autores Odair Souza e Elison Paim (2019), os quais afirmam que o professor, ao desenvolver outras práticas pautadas em paradigmas diferentes do eurocentrismo, deve trazer outras perspectivas educacionais, criando espaços epistemológicos interculturais. Assim, dentro da realidade do IEB Cristo Rei, onde se utiliza um livro didático de História eurocentrado nas concepções hegemônicas dos portugueses de imagens, de textos e de mapas, o meu exercício como

professor ao acionar a ampliação do conhecimento do assunto sobre colonização, por meio de uma cartografia social, aproxima os alunos a uma outra perspectiva da história.

Dessa forma, vislumbro a utilização do mapa social feito pelos indígenas Mortigura em uma versão digital e interativa, destacando a perspectiva de Alfredo Wagner Berno sobre Cartografia Social, sendo ela uma “descrição aberta” (Almeida, 2018, p. 58). Faz-se importante refletir a utilização de uma nova tecnologia para minha prática em sala de aula, além do próprio livro da escola Cristo Rei, pois, apesar desse recurso ser essencial para aplicabilidade de minha metodologia, ele não é suficiente para alcançar o objetivo de ampliar o estudo sobre “Colonização Portuguesa na América”. Segundo o professor Marcos Silva (2012), a avalanche de sons e imagens que inundam o cotidiano das novas gerações deve ser encarada como uma grande oportunidade para o professor de história apropriar-se desses elementos como recursos para aprendizagem em sala de aula. Portanto, minha proposição, dedicada na utilização de um mapa social em formato digital e interativo, contém um perfil imagético e ao mesmo tempo informativo, a partir da investigação da história do povo Mortigura, realizada juntamente aos alunos do 7º ano do IEB Cristo Rei.

3 O MAPA DIGITAL: REFLEXÕES TEÓRICAS E CONSTRUÇÃO

Para pensar a dimensão teórica e a construção de um mapa digital que seja suficiente para ampliar a percepção dos alunos do 7º ano do Instituto Cristo Rei sobre o processo de colonização portuguesa e as experiências históricas do passado e tempo presente do povo Mortigura, além da configuração de conhecimento e poder presente em qualquer mapa (Harley, 2005), é necessário entender que o patrimônio cartográfico produzido pelo povo originário faz parte de um processo de formação social da comunidade em Vila do Conde, evidenciando histórias de vida reveladas na própria representação do espaço (Souto, 2017).

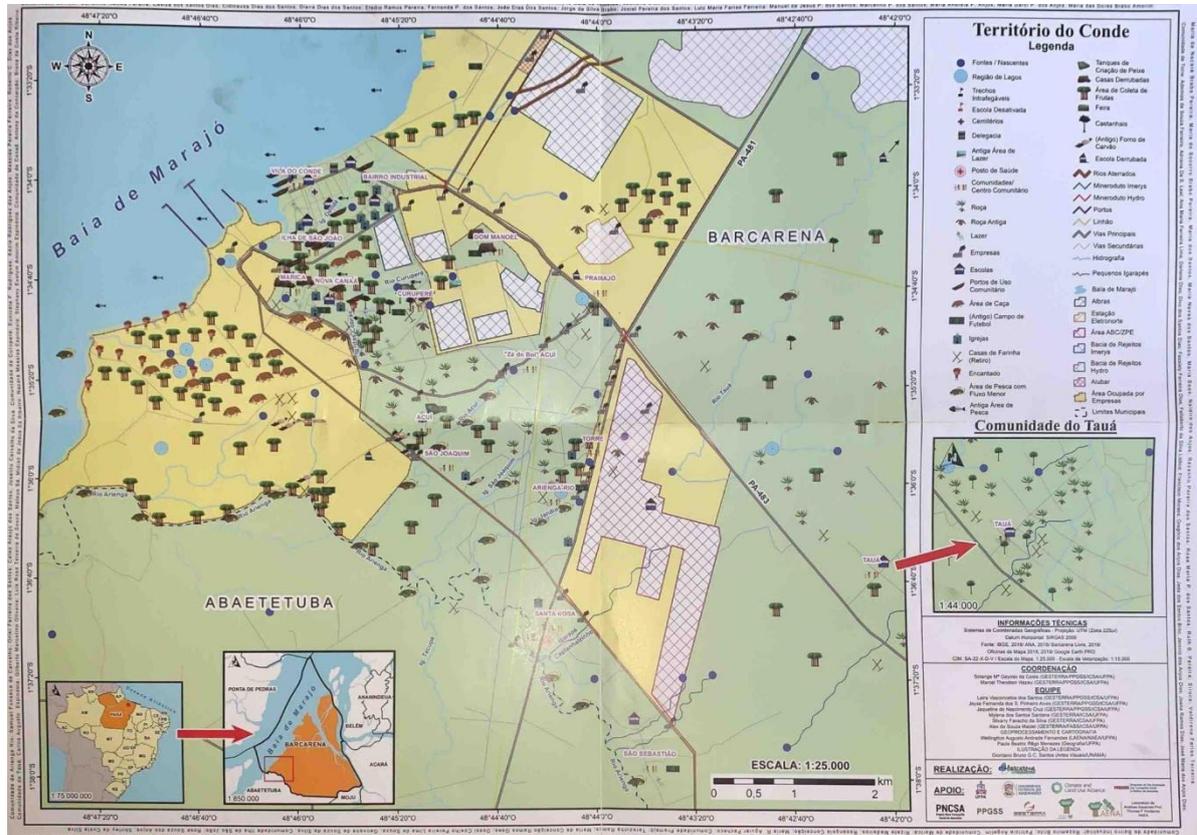
Quanto a essas histórias de vida, de forma relacionada ao estudo de Alanna Souto (2017) para entender os indígenas na cartografia da América lusitana, me deparei com um grande desafio de identificar em Vila do Conde os espaços que demarcam experiências históricas do passado e tempo presente, pois, a partir da década de 1970, o lugar foi mudado drasticamente pela implantação do complexo industrial ALBRÁS/ALUNORTE. Dessa forma, partindo de referências do período colonial, desde a chegada dos jesuítas até implantação dos empreendimentos industriais capitalistas, os moradores da região, sobretudo os que ainda resistem em permanecer no seu lugar de origem, possuem representações demarcadas do espaço pela sua relação de pertencimento não apenas com a terra, mas com a memória presente em florestas e rios da região.

As diversas formas de ensinar história no tempo presente respondem a uma mudança no caráter de aprender dos alunos. Para o professor Danilo Alves da Silva (2018), ao ter estudado o letramento digital no ensino de história, levantou o questionamento sobre quais habilidades são necessárias para o desenvolvimento de uma competência narrativa utilizando as ferramentas digitais para o ensino? Segundo ele, a pesquisa em sites da internet pode ser um caminho viável na construção do conhecimento, desde que o professor seja um mediador no processo de coleta de informações.

De maneira um pouco diferente, em que utilizo o site “Gennialy” na internet para construir juntamente com os alunos a interatividade do mapa social dos indígenas Mortigura, busquei tornar o recurso digital uma ferramenta em que os discentes pudessem participar da configuração de ícones, por meio de experiências dentro e fora da sala de aula, tornando o mapa já feito pelos indígenas de Vila do Conde uma fonte para a construção do conhecimento sobre referências da história dos Mortigura no passado e presente.

3.1 O Mapa Social feito pelos indígenas Mortigura.

Imagem 6 - Mapa Social De Vila Do Conde



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2023.

Este mapa social demonstrado acima, inclui todas as referências espaciais indígenas que a população do Conde costuma se identificar, tais como: roças, encantados, área de coleta de frutas, rios e pequenos igarapés. Como parte do processo, no ano de 2020, foi publicado pela Universidade Estadual do Maranhão um material informativo denominado “Boletim Estratégias de desenvolvimento, mineração e desigualdades: cartografia social dos conflitos que atingem povos e comunidades tradicionais na Amazônia e no Cerrado/ A guerra no território do conde: comunidades tradicionais, migrantes, Estado e empresas na disputa territorial”.

O trabalho teve como coordenação geral de pesquisa Patrícia Maria Portela Nunes, Cynthia de Carvalho Martins, Emmanuel de Almeida Farias Júnior e Alfredo Wagner Berno de Almeida, assim como Solange Maria Gayoso da Costa e Marcel Theodor Hazeu. Houve um esforço juntamente à comunidade para coletar subsídios históricos e culturais da localidade de Vila do Conde para a construção do mapa social. Em seu primeiro tópico, é apresentado “Território do Conde, identidade indígena e processo de expropriação”, no qual os autores

citam: “A aldeia dos Mortigura coincide com o que hoje se chama o Território do Conde. Neste lugar, os jesuítas portugueses fundaram a missão religiosa São João Batista de Mortigura” (Nunes *et. al.*, 2020, p. 1).

Há significativos registros da presença dos Mortigura no passado colonial em Barcarena, principalmente com a chegada dos jesuítas, segundo o historiador Luiz Antônio Valente “eram destemidos guerreiros” (Valente, *Jornal Liberal*, 27/05/1990⁹). Esses indígenas, segundo o livro “Barcarena Cidade da gente” (2018) habitavam as margens dos rios, alimentando-se daquilo que a natureza lhes fornecia. Bordunas, arcos e flechas feitos de varas e cipós constituíam seus objetos de trabalho e sobrevivência no meio das matas, habitando em cobertas com folhas de palmeiras (Estumano *et. al.*, 2018).

O mapa digital, produto desta dissertação, busca utilizar essa cartografia social já realizada pelos indígenas Mortigura em Barcarena, incluindo uma interatividade para adaptá-lo ao ensino de História. Esse percurso didático, partindo da abordagem do livro utilizado na escola IEB Cristo Rei, com o tema “Colonização portuguesa,” tem o objetivo de ampliar o conhecimento do assunto por meio da história dos indígenas Mortigura contida fora do livro didático.

Sabendo da dimensão política que este trabalho possui, posiciono a narrativa em direção ao fortalecimento do protagonismo indígena Mortigura em Barcarena, pela proteção de sua terra ameaçada pelos grandes projetos capitalistas. O historiador John Brian Harley (2005) contribuiu em minhas reflexões sobre a importância política da história dos mapas, pois, segundo ele, esse tipo de investigação deve mostrar um horizonte que aponte para as configurações de poder de uma sociedade.

Além da orientação política do trabalho, é importante pensar o caráter interdisciplinar da utilização do mapa digital, visto que ao refletir sobre a contribuição da disciplina de Geografia, me apoio nos escritos da professora Lívia de Oliveira (2022), propondo um estudo metodológico e cognitivo do mapa em que é necessário pensar no processo de aprendizagem dos alunos para a construção do espaço. Minha inquietação, relacionada à utilização do livro didático em sala de aula, busca ampliar o conhecimento dos alunos sobre a colonização a partir da história do tempo presente, e nesse aspecto a aprendizagem construída pelos alunos envolve um olhar que prioriza a narrativa decolonial sobre a história.

Minha pretensão em apresentar aos alunos uma história ampliada a partir da colonização portuguesa envolve algumas dificuldades, pois, como apontado no capítulo anterior, o livro

⁹ Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/o-liberal-jornal-da-amazonia-1990/>. Acesso em: 14/04/2024.

didático não é suficiente para uma aprendizagem significativa, e além disso a história dos indígenas em Barcarena não é de interesse dos alunos. Essa última dificuldade está diretamente ligada ao discurso do desenvolvimentismo presente desde a década de 1970 na cidade, que impactou a economia, a cultura e sobretudo a consciência histórica (Rusen, 2007) dos barcarenenses. De acordo com Rosane de Oliveira Martins Maia (2017), havia uma argumentação ideológica do governo federal no sentido de tornar o desenvolvimento um bem comum, sacrificando rios e florestas para garantir a riqueza da nação e, por isso, nos dias atuais, os indígenas, ligados a uma outra compreensão de desenvolvimento, não representam para esses estudantes a história da mudança que a cidade vem passando. Aníbal Quijano (2005) problematiza esse tipo de compreensão da história pela ideia de “modernidade”, bastante presente nas aulas de história.

Portanto, há um esforço da minha parte, na mobilização de estratégias que tornem essa história interessante para os discentes, ao passo que somente por esse caminho conseguirei alcançar resultados concretos pela participação dos estudantes.

3.2 A potencialidade didática do mapa social feito pelos indígenas Mortigura.

A Cartografia Social, segundo Alfredo Wagner Berno, é uma “descrição aberta” (Almeida, 2018, p. 58), por essa razão, é comum não a encontrar em livros didáticos. Assim, busco possibilitar aos alunos o estudo de uma outra cultura (Pinsky; Pinsky, 2016) contida no mapa elaborado pelos indígenas Mortigura. Segundo o Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, oferecido pela Universidade Estadual do Maranhão, esse tipo de cartografia, aciona modos de pertencimento ao espaço de uma comunidade específica (UEMA, 2023¹⁰). Dessa forma, os alunos do 7º ano compreenderão, ao entrarem em contato com essa cartografia, além da história dos Mortigura, seus elementos culturais componentes da identidade indígena presentes na representação do seu território.

¹⁰ Disponível em: <https://www.ppgcspa.uema.br/sobre-o-ppgcspa/apresentacao/>. Acesso em: 14/04/2024.

Imagem 7 - Legenda Do Mapa Social “Território Do Conde”.



Fonte: PPGCSPA, 2023.

Em Vila do Conde, distrito industrial em Barcarena, as pessoas que se auto identificam indígenas não possuem seu território demarcado, porém há uma crescente mobilização da população em buscar esse feito por alguns instrumentos jurídicos e políticos. O Laudo Antropológico de 2016, feito pelo Ministério Público Federal, e o mapa social da comunidade feito em 2019, foram passos importantes para essa conquista na luta pela preservação do território que continua ameaçado pelo desenvolvimentismo. Nota-se, na legenda do mapa acima, que elementos originários da cultura indígena Mortigura são importantes para a

representação gráfica da comunidade como: roças, áreas de caça, casa de farinha, encantados, área de pesca e castanheiras.

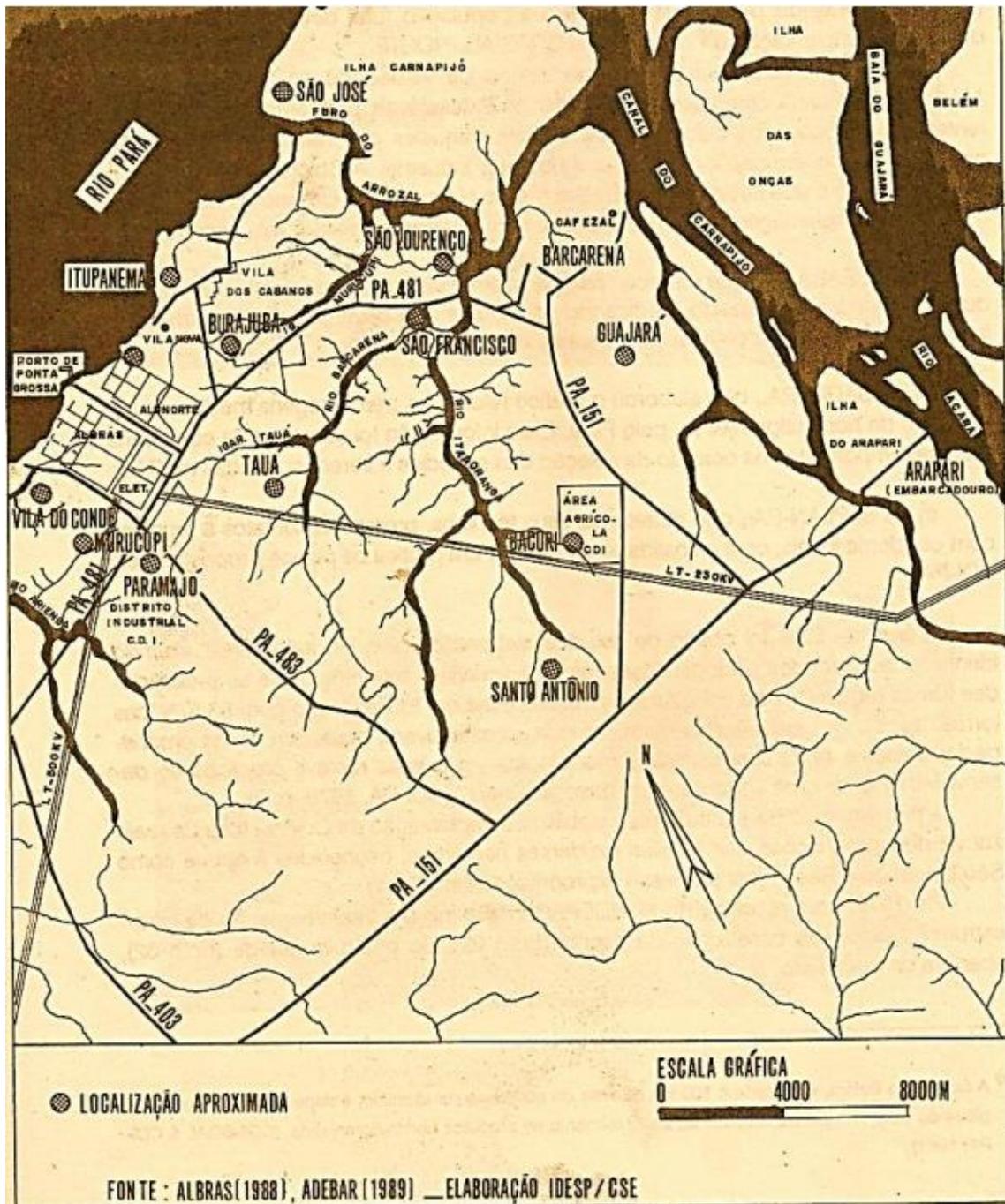
Em meu percurso investigativo na comunidade, entrevistei uma família que sofre ameaças de desapropriação de sua terra desde a década de 1990 com a implantação de projetos como Pará Pigmentos S.A. e a Rio Capim Caulim e empreendimentos comerciais e de serviços. Trata-se do casal Roberto Carlos Dias dos Anjos e Euniceia Fernandes Rodrigues, ambos se reconhecem indígenas Mortigura e estão situados em uma localidade denominada “Nova Canaã”, dentro do complexo de Vila do Conde.

A pergunta feita aos dois, tratava-se de como eles viam a importância da utilização do mapa social no formato digital em sala de aula para abordar a questão do conflito pela terra, Euniceia respondeu: “*Logo que a gente recebeu a cartografia, eu sabia que era importante (...), mas quando a gente se reunia de várias comunidades, ia trazendo uma valorização tão grande do nosso povo*” (Euniceia Fernandes Rodrigues. Entrevista concedida em 26/08/2023), em seguida, Roberto complementou: “*Quando você tem esse mapa, eu penso assim que ele traz um arcabouço de possibilidades para estudar a comunidade, pois tá tudo ali.*” (Roberto Carlos Dias dos Anjos. Entrevista concedida em 26/08/2023).

O conflito pela terra em Vila do Conde envolve o interesse da permanência e a preservação da floresta pelo povo Mortigura contra o desejo de ampliação da ocupação por empreendimentos como Pará Pigmentos e Imery Rio Capim Caulim a partir da década de 1990, revelando que essa população não está assegurada em seu território, pois além da terra não demarcada, os interesses capitalistas estão ligados à lógica econômica do Estado.

Sobre esse tema, Alfredo Wagner Berno de Almeida (2012) apresenta que existe uma retórica por parte do Estado chamada de “protecionista” e que os instrumentos chamados de “proteção” em termos mercantis possibilitam o uso intensivo e imediato dos recursos naturais em prol de políticas de crescimento econômico, ou seja, há uma vulnerabilidade da comunidade em se proteger das instalações industriais, por isso o mapa social é um instrumento político e também um respaldo jurídico para defesa da comunidade em um contexto de insegurança no tempo presente.

Imagem 8 - Mapa das Famílias Desapropriadas para instalação de Empreendimentos Capitalistas em Barcarena.



Fonte: Tourinho (1991, p. 53).

Dessa forma, percebe-se acima um processo de desapropriação generalizado em Barcarena, pois além de Vila do Conde, onde os indígenas Mortigura estão presentes, diversas comunidades como Murucupi, Paramajó, Tauá, Burajuba, São Francisco, São Lourenço, Guajará, Bacuri e Santo Antônio também sofreram impactos a partir das novas instalações industriais, isso porque no município havia a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena

(CODEBAR), responsável por efetivar a reorganização do espaço urbano, decorrente do acordo que o governo brasileiro assumiu com o Japão em 1976 para implantação de um complexo industrial chamado de ALBRÁS/ALUNORTE. Para Rosane de Oliveira Martins Maia (2017), a política desenvolvimentista adotada pela CODEBAR foi responsável por inserir Barcarena no quadro das injustiças e conflitos para com as comunidades tradicionais.

Por esses motivos, o instrumento jurídico como o laudo técnico antropológico do Ministério Público Federal Nº 001/2016 buscou apurar possíveis fragilidades no processo de licenciamento de grandes empreendimentos industriais localizados no município de Barcarena/PA. Esse mesmo documento ainda aponta um sentimento de despersonalização frente a todo um histórico de levantamento e vistorias, pelos quais as comunidades locais são transformadas em números, extensão de lotes e dados estatísticos (MPF, 2016¹¹).

Assim, a história sobre o povo indígena Mortigura no tempo presente, está principalmente ligada à memória da comunidade local, pois outros registros a respeito da existência desses indígenas estão associados apenas ao passado. A exemplo, o livro didático escrito em 2018 com o título “Barcarena: cidade da gente”, ao tratar da história da cidade desde sua condição de aldeia até a emancipação do município, atribui aos Mortigura uma temporalidade pré-colonial:

“Antes mesmo da chegada dos primeiros colonizadores, essa região era povoada por índios. Nas terras do atual município de Barcarena havia povos nativos que transitavam nas matas desta porção da grande Amazônia. Eles faziam parte do tronco tupi. Espalhavam-se por esta vasta região dos Gibirí, os Mortigura e outros tantos” (Estumano *et. al.*, 2018, p.45)

Diferente desse material apontado acima, o meu trabalho reconhece a existência e resistência do povo Mortigura frente às ameaças desenvolvimentistas no tempo presente. Por isso, pensei na potencialidade em sala de aula do mapa social feito por essa comunidade, analisando a atuação desses sujeitos que se auto identificam indígenas, visualizando assim sua atuação protagonista.

3.3 A contribuição dos indígenas Mortigura para o mapa digital

Com o processo de pesquisa sobre a história do povo Mortigura, me deparei com algumas dificuldades, entre elas, a principal a ser destacada é a carência historiográfica sobre o

¹¹ Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2016/acp-agua-potavel-barcarena>. Acesso em: 14/04/2024.

tema, pois esses indígenas são tratados como sujeitos do passado nos poucos materiais que encontrei, como a coletânea de textos “Subsídios para um estudo da história de Barcarena” (1999) e o livro didático de estudos regionais “Barcarena: cidade da gente” (2018).

No primeiro material, há um tópico dentro do segundo capítulo nomeado “Os primeiros donos da terra” (Guimarães, 1999, p. 22), em que o historiador Luiz Antônio Valente aponta as doenças como febre-amarela, malária, hepatite e gripe como sendo o motivo principal para o decréscimo populacional dos indígenas, afirmando também que aqueles que restaram tiveram sua cultura descaracterizada pelo contato com os colonizadores. Já o segundo material dedica um tópico da história de Barcarena para tratar dos indígenas, sendo nomeado de “No tempo dos índios: terra dos Gibirí e Mortigura” (Estumano et. al., 2018, p. 45), onde os autores caracterizaram o período pré-colonial em Barcarena como uma região de grande circulação de povos indígenas, apresentando evidências materiais desse período.

O grande problema é a história do tempo presente, pois não há historiografia sobre essas populações, portanto, encontrei um vazio dentro da pesquisa histórica para desenvolver a investigação e tive que me debruçar sobre outros estudos, como “Amazônia em guerra: (re)existência e disputa territorial em Barcarena” do Professor de ciências socioambientais Marcel Theodoor Hazeu (2022), que fez um balanço das ameaças territoriais e os impactos da instalação do complexo industrial em Vila do Conde. Outro trabalho encontrado foi “Migração e desenvolvimento: uma análise do município de Barcarena-PA” (2019), de Bruna Regina Lopes Machado, Hyngrid Athe Conceição Silva e Jonatha Rodrigo de Oliveira Lira, geógrafos que apresentaram uma análise das principais mudanças enfrentadas pela cidade de Barcarena como a migração, com a chegada de empresas, que provocaram transformações demográficas e econômicas no município.

Diante dessas dificuldades, a memória foi a principal fonte histórica na construção do mapa digital, utilizando a plataforma interativa *Genially*, pois foi a partir das contribuições baseadas nas narrativas que os indígenas Mortigura possuem sobre seu passado e sobre o tempo presente que muitas referências de sua cultura ancestral foram acionadas. O mapa social, já realizado por essa comunidade em Vila do Conde no ano de 2020 junto a UEMA, reúne todos esses elementos próprios dos indígenas, assim, me apropriei da contribuição desse material para a elaboração do mapa digital e interativo.

Nesse sentido, como já mencionado, fiz entrevistas com uma família de Vila do Conde, Roberto Carlos Dias dos Anjos e Euniceia Fernandes Rodrigues, que possuem liderança na atuação da luta pela permanência de outras famílias na região do complexo industrial, a qual

atende uma área de instalações da Pará Pigmentos e Imery Rio Capim Caulim, desde a década de 1990. Assim, busquei a partir dessas contribuições enriquecer as informações aos estudos que já existem.

Em uma das perguntas, enfatizei o olhar que os indígenas Mortigura possuem sobre o processo de invasão portuguesa, marcado pela construção da Igreja Católica de São João Batista, datada do século XVII, localizada em Vila do Conde. Segundo o site da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), responsável pelo processo de tombamento da Igreja em 2021, ela: “pode ser considerada a terceira mais antiga do Pará, onde foi palco da revolta da cabanagem e abrigou personalidades religiosas como o Padre Antônio Vieira, filósofo, escritor e orador português da Companhia de Jesus” (ALEPA, 2021¹²).

Quando perguntada, Euniceia respondeu “*a Igreja da Vila do Conde é o maior marco pra nós, sabe? da... eu digo assim, da humilhação, porque eles se introduziram de uma maneira tão violenta na nossa comunidade, (...), ela é um marco de muita coisa, inclusive disso.*” (Euniceia Fernandes Rodrigues. Entrevista concedida em 26/08/2023). Em seguida, Roberto complementou: “*Essa igreja tem o lado bom e o lado ruim (...), essa desvalorização de quem realmente vivia aqui (...), agora o lado positivo (...), essa igreja ao longo de anos tem juntado as pessoas.*” (Roberto Carlos Dias dos Anjos. Entrevista concedida em 26/08/2023).

Imagem 9 - Igreja de São João Batista.



Fonte: Rede Pará¹³.

¹² Disponível em: <https://alepa.pa.gov.br/>. Acesso em: 14/04/2024.

¹³ Disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/221141/barcarena-ganha-certidao-de-tombamento-da-igreja-do-conde>

Essa memória dos dois entrevistados é característica de um passado de muitos conflitos, principalmente pela violência que se estabeleceu a partir do primeiro contato entre colonizadores e povos originários, causando a eles certo incômodo ao pensarem na invasão e na transformação que os colonizadores provocaram, principalmente na maneira de viver dos seus ancestrais. Por outro lado, nota-se, especialmente na fala de Roberto, que no tempo presente a igreja possui uma função importante para a comunidade, pois tem reunido a população local.

Curiosamente, a memória possui esse dinamismo, pois dificilmente o relato oral corresponde às expectativas do historiador. Inicialmente, eu imaginei a partir do relato de Euniceia que existiria apenas um olhar negativo a respeito da Igreja de São João Batista, mas me surpreendi com a fala sobre o lado positivo dessa história, evidenciada por Roberto. Por ser assim, de acordo com os escritos da historiadora Danièle Voldman (2006), o trabalho com o ser vivo, possuidor da memória, exige conhecer melhor o sujeito e explorar seus contornos. Dessa maneira, foi necessário pensar não apenas o passado colonial dessa igreja, mas também a sua função comunitária, dentro da abordagem do mapa digital.

Ao longo da entrevista, a questão ambiental foi abordada, pois segundo uma das minhas principais referências bibliográficas que viabilizaram esse estudo, Marcel Theodoor Hazeu (2022), foi feito um levantamento que mostra alguns casos de violência ambiental desde a chegada das empresas no território, principalmente pela negligência da empresa Imerys, produtora e processadora de minerais industriais, apontada desde 2004 como a “maior poluidora do território do Conde” (Hazeu, 2022, p 89).

Os igarapés Dendê e Curuperé, que cortam a região do conde, foram os principais afetados por essa violência ambiental. É importante destacar que existem outros estudos sobre a importância desses rios. Jaqueline Cruz e Marcel Hazeu (2020) os compreendem como “hidroterritório”, ou seja, essencial para manter a maneira de existir das comunidades tradicionais, como o povo Mortigura.

Dessa forma, ao ser perguntada sobre as mudanças do meio ambiente causadas pelas empresas, Euniceia respondeu: *“Pra gente que foi criada na beira da praia, a gente sofreu muito (...) então a nossa relação era com a natureza, direto... (...) até a questão de usar a água dos rios e da praia pra tomar (...) a gente já não pode mais fazer isso.”* (Euniceia Fernandes Rodrigues. Entrevista concedida em 26/08/2023). Roberto acrescentou: *“Há 30 anos era comum as famílias irem lá pra pegar (peixe e camarão) ainda tem, mas fica dentro da área de*

uma empresa, que não está nem funcionando, mas tem vigia, que ameaçam, e se a pessoa insistir vai parar na delegacia, porque tá invadindo uma área da empresa.” (Roberto Carlos Dias dos Anjos. Entrevista concedida em 26/08/2023).

Os relatos apresentados pelos dois entrevistados, moradores da comunidade, identificam que os rios estão ligados à memória afetiva, pois a transformação do espaço causada pelas empresas, sobretudo a Imerys, contaminou os rios, impossibilitando o usufruto desse recurso, alterando a qualidade e o modo de vida das pessoas. Essa memória evidencia a importância dos rios para a valorização da identidade coletiva dos indígenas Mortigura, e não apenas desse povo. Segundo o intelectual indígena Ailton Krenak (2022), os rios são seres que já estavam aqui, pois são neles que estão os ancestrais.

Além da contribuição dos alunos, os relatos dos moradores e o mapa social já produzido pela comunidade em 2020 foram contribuições importantes para a construção do mapa digital, pois a partir desses elementos consegui protagonizar a história dos indígenas Mortigura, seguindo as propostas da Lei 11.645/08 e Parecer CNE/CEB nº 14/2015, dentro da abordagem do tema “Colonização portuguesa na América”.

Na construção do mapa digital, utilizei a plataforma *Genially*, uma ferramenta online para criação de conteúdos interativos, como apresentações, infográficos, gamificação, imagem interativa, vídeos, guias e materiais informativos, a partir de modelos prontos ou em branco. Nesse sentido, escolhi um formato de apresentação, de um modelo pronto da ferramenta para organização dos elementos do mapa, como: Página inicial; Apresentação e Referências históricas do espaço em Vila do Conde.

Imagem 10 - Página Inicial do Mapa Digital.



Fonte: *Genially*, 2023.

Imagem 11 - Apresentação do Mapa Digital.



Fonte: *Genially*, 2023.

Imagem 12 - Referências Históricas do Espaço no Mapa Digital.



Fonte: *Genially*, 2023.

Diante disso, pensei no cotidiano digital dos alunos, carregado de imagens, vídeos e sons, em que cada vez mais os textos longos vão perdendo espaço para linguagens mais curtas e objetivas. O *Genially* foi uma ferramenta que descobri por meio de um curso de formação para professores, oferecido por uma plataforma de ensino denominada Plurall. Por ser assim,

essa ferramenta contribuiu para aproximar o ensino da história dos Mortigura, que busco evidenciar por meio dos mapas ao tipo de linguagem que os estudantes têm mais contato.

Ao considerar que o *Genially* pode contribuir com uma linguagem mais atrativa, busquei da mesma forma implementar textos nos ícones de cada interatividade que levassem os alunos a uma leitura mais prazerosa. Essa ferramenta permitiu, além de explorar imagens, a inclusão de textos para complementar as informações visuais, tornando o produto mais didático e rico em informações.

Vislumbrando a apresentação do mapa digital, o *Genially* me ajudou na organização do meu produto didático, à medida que ofereceu diversas possibilidades de interatividade. Dessa maneira, pensei em uma apresentação de uma sequência de informações que pudessem dar um destaque maior a imagem do mapa social feito pelos Mortigura, tornando-o atrativo pelas cores e informativo pelos ícones de interatividade, que apontam para espaços importantes da região de Vila do Conde em Barcarena como Igreja de São João Batista, Rio Curuperé e comunidade Nova Canaã, contendo imagens e textos.

Além disso, o próprio mapa social da comunidade em Vila do Conde torna a apresentação mais interessante, pois combina elementos visuais com a legenda, que detalha cada símbolo que faz parte do cotidiano da população local. Por isso, acrescentei aos ícones de interatividade um botão “Mapa na íntegra” que permite abrir o mapa diretamente no site da Universidade Estadual do Maranhão, possibilitando sua ampliação em formato PDF.

Entre as muitas possibilidades de construir o mapa digital, minha escolha pelo *Genially* se deu pela formação técnica que tive pela plataforma Plurall e suas diversas funcionalidades para a comunicação visual, contribuindo para aplicação do mapa social feito pelos Mortigura sem descaracterizar seu objetivo, mostrando principalmente os impactos socioambientais vividos pela comunidade em Vila do Conde.

Alinhando essa proposta às reflexões da professora Vildan Bahar Tuncay (2013), o patrimônio cartográfico dos povos tradicionais da América Latina constitui um sistema de significados por meio de uma comunicação, reprodução e experimentação de uma realidade. O *Genially*, possibilitou o uso da interatividade sobre o mapa feito pelos indígenas Mortigura, sendo a estratégia mais viável para esse fim. Portanto, minha proposição se utiliza das narrativas do povo Mortigura para protagonizar a história desses indígenas dentro da abordagem do conteúdo “Colonização portuguesa na América”.

3.4 Alunos e o mapa digital

Pensando a estratégia da utilização do mapa digital a partir do assunto “Colonização portuguesa na América”, o papel dos alunos na construção desse material foi indispensável. Dessa maneira, minha interação em sala de aula com os alunos da turma do 7º ano por meio de aulas oficinas possibilitou visibilizar a história do povo Mortigura por meio do patrimônio cartográfico já existente, buscando torná-lo mais acessível por meio de uma linguagem digital e interativa.

Nesse sentido, é importante a observação sobre o perfil racial dos alunos da turma do 7º ano: dos 25 alunos, 90% são brancos, apenas 10% são negros e 0% são indígenas. Diante desse balanço, a temática indígena em sala de aula despertou certa curiosidade, pois, na mentalidade dos discentes, os indígenas não existiam mais em Barcarena, assim como os demais indígenas no Brasil, já que o livro didático utilizado na escola, aponta que os povos originários tiveram suas culturas totalmente transformadas com a colonização portuguesa.

Esse problema, apresentado pela narrativa do livro didático, também se soma a política desenvolvimentista adotada pela CODEBAR no município de Barcarena (Maia, 2017), pois defendeu a ideia de um progresso em que as comunidades tradicionais não fariam mais parte do quadro populacional do município, por conta da eminente mudança provocada pela urbanização da cidade. Sendo assim, é importante considerar que outros professores de história também identificam essa ideia em suas experiências. Uma grande referência na pesquisa do ensino da história indígena em sala de aula, Edson Silva (2022), aborda em suas reflexões sobre a ideia generalizada na educação a respeito das “perdas culturais” que povos indígenas vêm sofrendo a caminho de sua extinção, pois o discurso da negação dos direitos indígenas, sobretudo em relação aos territórios onde habitam, passa a ser até uma justificativa das invasões de terras ancestrais.

O apontamento do professor é bastante relevante para a compreensão dos alunos do 7º ano, pois esse pensamento é muito comum a partir das aprendizagens que os discentes adquiriram durante sua formação básica. O povo indígena Mortigura, inserido em um contexto de grandes transformações na cidade de Barcarena a partir da década de 1970, passa por uma histórica ameaça ao seu território, configurando não apenas um conflito entre o projeto desenvolvimentista do estado e a permanência dessa comunidade, mas também a mudança da sua cultura, pois com o processo acelerado de urbanização, o modo tradicional de relação com a natureza deixou de ser uma prática cotidiana, sendo atualmente parte da memória dos

moradores para valorização de sua identidade indígena e para o fortalecimento da luta pela preservação do meio ambiente.

Os professores Márcio Couto Henrique e Rosani de Fátima Fernandes (2020), quando escreveram o artigo “O que não fazer no dia do índio”, apontaram que as escolas costumam reforçar a ideia de índio genérico, não considerando que os indígenas, assim como todas as sociedades, sempre estiveram se transformando no tempo, se mostrando abertos ao novo, pois nunca houve um “índio puro” ou uma “cultura pura”. A mentalidade dos alunos do 7º ano do Instituto Cristo Rei estava muito vinculada a essa ideia genérica até a aplicação do mapa digital.

Essa aplicação começou a ser implementada com uma aula onde apresentei por meio de slides a existência do povo Mortigura, sua identidade e território. Os alunos, ao conhecerem a história dos indígenas por meio desse primeiro material, foram provocados a resolver um questionário sobre a presença desses indígenas no período colonial, praticando os conhecimentos construídos nessa aula, ao passo que se familiarizaram teoricamente com os aspectos culturais e espaciais do povo originário estudado. Além disso, conheceram por meio de uma versão física o mapa social feito em 2019.

A partir dessa prática, apresentei como funcionaria as oficinas para a construção de um mapa digital, transformando a versão física do mapa mais dinâmica por meio de uma interatividade da Plataforma *Genially*. Para tanto, precisávamos nos aprofundar na história dos indígenas por meio de uma roda de conversa com um morador da comunidade, visitar a comunidade, produzir desenhos, e posteriormente, diante das experiências já construídas com os alunos, aplicar esses conhecimentos ao mapa interativo, produzido por mim como docente da turma, consultando os alunos em cada etapa construída.

Por esse motivo, a partir de um constante estudo com os alunos sobre o mapa físico produzido pelos indígenas Mortigura, somado ao caráter interativo e dinâmico de sua versão digital possibilitada pela construção do produto didático junto aos alunos mediante desenhos, tive como objetivo a compreensão dos discentes pelas referências históricas do passado colonial do território e elementos do tempo presente.

O professor de geografia Marcello Martineli (2022) chama essa sistematização da cartografia de “animação cartográfica”, a medida em que variáveis são acrescentadas a estruturas estabelecidas na organização de um mapa. Dessa forma, as variáveis são janelas interativas do mapa digital, criadas a partir dos conhecimentos construídos em sala de aula com os alunos, a exemplo da missão dos Mortigura no século XVII pelos Jesuítas, representada pela

Igreja de São João Batista, e as questões ambientais do tempo presente, representadas pela contaminação do Rio Curuperé:

Imagem 13 - Janela Interativa: Igreja De São João Batista

Referências históricas do espaço



A IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA

A Igreja de São João Batista, segundo o manual didático "Barcarena Cidade da gente" surgiu no final do século XVII, com a Missão de Mortigura. Essa missão, estava entre as cinco mais populosas deste espaço do território amazônico. Sua importância também pode ser notada pelos religiosos que ali residiram, como o Frei João Felipe Bettendorf e nada menos que o notável padre Antônio Vieira (ESTUMANO; POÇA; GUIMARÃES; CARLOS, 2018, p. 50). Já para os indígenas Mortigura, ao serem entrevistados, responderam: "a Igreja da Vila do Conde é o maior marco pra nós, sabe? da... eu digo assim, da humilhação, porque eles se introduziram de uma maneira tão violenta na nossa comunidade, (...), ela é um marco de muita coisa, inclusive disso." (Euniceia Fernandes Rodrigues. Entrevista concedida em 26/08/2023)

Fonte: Portal Barcarena, 2022.

Fonte: Genially, 2023.

Imagem 14 - Janela Interativa: Rio Curuperé.

Referências históricas do espaço



O Rio Curuperé

O Rio Curuperé, corta a região do Conde, sendo um dos principais afetados pelos desastres ambientais, como demonstrado na foto ao lado, a contaminação por toxinas, após moradores da comunidade de Vila do Conde, denunciarem, no dia 8 de março de 2019, um suposto vazamento de caulim, minério usado na produção de papel. Eles afirmaram que o material foi despejado por uma tubulação da empresa Imerys (Portal G1, 2019). Jaqueline Cruz e Marcel Hazeu (2020), compreendem esse rio como "hidroterritório", ou seja, essencial para manter a maneira de existir das comunidades tradicionais, como o povo Mortigura. Em entrevista concedida, uma moradora da região respondeu sobre essas mudanças do meio ambiente causadas pelas empresas: "Pra gente que foi criada na beira da praia, a gente sofreu muito (...) então a nossa relação era com a natureza, direto... (...) até a questão de usar a água dos rios e da praia pra tomar (...) a gente já não pode mais fazer isso." (Euniceia Fernandes Rodrigues. Entrevista concedida em 26/08/2023).

Fonte: Portal G1 PA, 2019.

Fonte: Genially, 2023.

Acima, estão algumas janelas interativas do mapa digital criadas por mim enquanto professor, em constante diálogo com os alunos, permitindo a eles uma compreensão mais objetiva de sua versão original. Além disso, a ferramenta *Genially* possibilitou uma linguagem mais interessante aos alunos, pois acrescentei elementos como imagens e textos dentro das referências do espaço representadas pelos indígenas Mortigura em seu mapa social.

Essa linguagem, está relacionada a revolução digital, em razão de o *Genially* ser uma plataforma online que está imersa dentro do contexto da utilização de novas tecnologias em sala de aula, dialogando com Giliard da Silva Prado (2021). Ele traz a reflexão sobre a era digital e o papel do historiador, onde as novas práticas presentes com essa constante transformação precisam ser utilizadas pela história como disciplina, ao passo que os alunos já estão normalmente habituados com essa realidade.

Dessa forma, pensei em visibilizar a discussão decolonial dentro da abordagem do mapa, considerando a perspectiva cartográfica do historiador John Brian Harley (2005), entendendo que os mapas possuem conhecimento e o poder, ou seja, a partir das representações gráficas dos Mortigura, seus interesses políticos são priorizados, ao passo que suas narrativas aparecem com destaque nas janelas interativas. Nesse sentido, me baseei no pensamento de Aníbal Quijano (2005), que problematiza da ideia de “modernidade” imposta pelos colonizadores, a medida em que o marco da invasão portuguesa com a Igreja de São João Batista e a instalação das empresas em Barcarena trouxeram consequências negativas ao povo Mortigura, como a descaracterização da cultura e do território.

Essa mobilização do mapa social e a imersão dos alunos pela interatividade construída em conjunto na sala de aula os colocaram em um lugar de protagonismo no estudo do tema, configurando uma aprendizagem significativa. Nesse sentido, me baseio na proposta de Peter Lee (2006), a respeito de uma “literacia histórica”, segundo a qual os estudantes podem se orientar no tempo por meio de uma “estrutura histórica utilizável”, ao passo que o mapa social feito pelos Mortigura foi estudado a partir das curiosidades dos alunos sobre o passado colonial e o tempo presente. Por esse motivo, o debate sobre o meio ambiente que não estava no assunto “Colonização portuguesa na América” tornou-se um aspecto indispensável para discussão em sala de aula.

Pensando em uma história do tempo presente, as discussões ambientais são muito importantes para a compreensão dos alunos a respeito de projetos políticos e a relação humana com a natureza (Bittencourt, 2008). A cidade de Belém do Pará, capital do estado e próxima de Barcarena, em 2025, vai sediar a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações

Unidas sobre Mudança do Clima (COP-30), em que as principais personalidades políticas mundiais vão discutir a questão do clima a partir da realidade amazônica, lugar disputado por interesses públicos e privados.

Nesse sentido, Vila do Conde, distrito industrial de Barcarena, está atravessada por questões ambientais, sobretudo no que diz respeito a permanência das populações tradicionais, como é a realidade dos indígenas Mortigura. Dessa forma, o conhecimento obtido pelos alunos em sala de aula a partir do livro didático com o assunto “Colonização portuguesa na América” torna-se prático, a medida em que o debate sobre o povo Mortigura assume uma importância para entender a realidade ambiental de Barcarena. Como afirma Jorn Rusen (2007), a “pragmática”, realidade genérica da vida dos homens, a partir do momento que é interpretada sobre o tempo e o espaço, configura uma “consciência histórica”.

A produção do conhecimento com os alunos por meio de aulas oficinas, a serem aprofundadas no próximo capítulo, foram a porta para a imersão dos alunos na história do povo Mortigura, sobretudo por meio de desenhos. Essa atividade lúdica e prática serviu como base para a construção do mapa digital, assim como sua relação direta de sentido com a aula colonização portuguesa na América.

4 A METODOLOGIA: ETAPAS PARA APLICAÇÃO DO MAPA DIGITAL

A cartografia, normalmente atrelada à ciência geográfica, não está presa aos limites de qualquer ciência, pois como afirmaram os professores de geografia Daniel Sombra, Gilberto Pereira Rodrigues e Danilo do Rosário Pinho (2022), ela não se propõe a ser científica. Dessa forma, a cartografia social feita pelos indígenas Mortigura foi utilizada em minhas aulas como principal material para a abordagem da história de resistência desses indígenas em Barcarena e a aplicação do mapa digital aos alunos.

Com isso, me apropriei dos conhecimentos presentes nessa cartografia para aplicação de uma metodologia ativa e interativa para a turma, considerando o estudo de Vildan Bahar Tunkay (2013) a respeito da marginalização do patrimônio cartográfico dos povos indígenas na América Latina, a medida em que foi sendo excluído em detrimento da cartografia europeia que obedece aos padrões cartesianos.

Por ser assim, o conhecimento da história dos indígenas Mortigura pelas referências do passado e presente no território do Conde abriu uma viável possibilidade de comparação ao material cartográfico presente no livro didático utilizado na escola Cristo Rei. Por meio de aulas oficinas (Barca, 2004), consegui tornar a experiência política do povo Mortigura em sua história um conhecimento palpável aos alunos, ultrapassando o campo apenas teórico.

Dialogando com os professores Domingos Barros Nobre, Carolina Miranda de Oliveira e Pedro Henrique dos Santos Neves (2022), busquei utilizar a cartografia social para aproximar o trabalho feito pela comunidade de cartografar sobre sua identificação territorial e o envolvimento dos alunos, por meio das oficinas, contribuindo para interpretarem o espaço estudado por meio de desenhos, visto que os estudantes da escola Cristo Rei não fazem parte diretamente do contexto territorial, pois moram fora do distrito de Vila do Conde.

4.1 Aulas oficinas

Minha sistematização de aulas para aplicação do mapa durante a abordagem do tema “Colonização portuguesa na América” na turma do 7º ano do Instituto Cristo Rei, envolveu etapas de preparação dos alunos, as quais serviram como uma imersão no tema. Essa sistematização chama-se de “Aulas oficinas” (Barca, 2004), modelo em que o professor não é um mero conferencista e busca investigar o mundo conceitual dos alunos a partir da participação efetiva desses discentes, por meio de uma interação horizontal entre os conhecimentos que os

alunos já possuem e a contribuição pontual do professor. Dessa forma, foi necessária a articulação de um calendário de aplicação dessas etapas:

Tabela 2 - Calendário De Aplicação Das Etapas De Aulas Oficinas.

MÊS	ATIVIDADE	PARTICIPANTES
FEVEREIRO	Apresentação do projeto para os alunos	Professor e alunos
MARÇO	Roda de conversa com o indígena Mortigura Roberto Dias dos Anjos	Alunos, convidado Roberto Dias dos Anjos e Professor
ABRIL	Estudo do meio em Vila do Conde	Roberto dos Anjos, Professor, Coordenadora pedagógica e alunos
MAIO	Produção de desenhos sobre o território de Vila do Conde	Professor e alunos
AGOSTO	Aula “Colonização portuguesa na América”	Professor e alunos

Fonte: Planejamento pedagógico do autor, 2023.

O calendário de aplicação das etapas de aulas foi apresentado no início do ano letivo de 2023 para a coordenação do Instituto Cristo Rei, por isso, a proposta obrigatoriamente deveria estar alinhada ao livro didático e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Como já foi mencionado em um capítulo anterior, a unidade temática desse documento foi “A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano”, e o objeto do conhecimento, “A conquista da América e as formas de organização política dos indígenas e europeus: conflitos, dominação e conciliação”. Foram destacadas duas habilidades: “(EF07HI08): Descrever as formas de organização das sociedades americanas no tempo da conquista com vistas à compreensão dos mecanismos de alianças, confrontos e resistências” e “(EF07HI09): Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as populações ameríndias e identificar as formas de resistência” (Brasil, 2018). Essas habilidades foram importantes referências para alcançar o objetivo do projeto: visibilizar o protagonismo da história dos Mortigura por meio do mapa digital.

Em linhas gerais, cada etapa do projeto teve a duração de 90 minutos, correspondente aos meus horários com a turma do 7º ano às terças feiras, exceto o “Estudo do Meio” em Vila do Conde, que demandou um tempo de uma manhã inteira, das 08:00 às 11:00. Já a apresentação do projeto foi aplicada por meio de slides para os alunos, envolvendo uma abordagem dos objetivos geral e específicos, e posteriormente a explicação de conceitos importantes para a compreensão inicial dos alunos sobre o tema.

Em relação ao objetivo geral, busquei destacar para os alunos o protagonismo do povo Mortigura por meio do mapa social construído pela comunidade em 2019, ao passo que os objetivos específicos buscaram encaminhar a construção de uma interatividade a esse mapa que já estava pronto, como: compreender, analisar, avaliar e criar sobre o patrimônio cartográfico já existente por meio da plataforma *Genially*. Quanto aos conceitos, a identidade ligada às referências culturais indígenas da comunidade e ao território Mortigura, ameaçado pelos empreendimentos capitalistas a partir da década de 1970, foram importantes para entender a história dessa comunidade.

Com a preocupação de esclarecer os objetivos e conceitos fundamentais para a compreensão dos alunos sobre a história do povo Mortigura, foi essencial pensar no processo de construção do conhecimento dos alunos do 7º ano. Para isso, a categoria “Consciência histórica” de Jorn Rusen (2011) foi primordial, pois a aprendizagem desses discentes envolveu suas interpretações da experiência que os indígenas vivem, mobilizando uma narrativa dos educandos sobre esses indígenas. Quando abordei os conceitos de identidade e território, por meio dos slides, não apresentei apenas definições, mas busquei relacionar com a realidade do tempo presente para que os alunos construíssem um sentido sobre as discussões.

Muitos alunos fizeram perguntas e despertaram a curiosidade pela história dos Mortigura, me indagando sobre quando iríamos à Vila do Conde para conhecer os indígenas que ainda vivem lá. Essa reação dos discentes me fez refletir sobre o desconhecimento que a comunidade de Barcarena possui sobre a sua própria história, pois as crianças da turma do 7º ano do Instituto Cristo Rei refletem a própria consciência histórica dos moradores da cidade, vinculados à ideia de progresso e de desenvolvimento que os projetos capitalistas como ALBRÁS/ALUNORTE defenderam em detrimento da mudança dos modos de vida da população local, do tradicional das comunidades ao moderno das empresas.

Na segunda etapa, chamada de “Roda de conversa”, busquei levar para escola, além dos conhecimentos teóricos levantados em minha pesquisa, a narrativa local da experiência de um morador da comunidade que atua como liderança no processo de demarcação do território do Conde: Roberto Carlos Dias dos Anjos. Desde 1990, a família de Roberto e outras famílias vêm enfrentando fortes ameaças para deixarem o local sob justificativa de que os impactos ambientais causados pelo progresso forçariam a possível saída da comunidade chamada “Nova Canaã”, remanescente do povo Mortigura. Essa justificativa parte do empreendimento de minérios industriais: Imerys, implantado a partir do projeto ALBRÁS/ALUNORTE. Assim

como a prefeitura de Barcarena, que não inclui nos projetos da cidade serviços como saneamento básico e asfalto para os moradores do local.

Para elucidar a necessidade de uma roda de conversa, como parte das aulas oficinas, cujo objetivo foi a troca de conhecimento entre o convidado e os alunos, me baseei nos escritos de Ailton Krenak (1999), intelectual indígena que reivindica a importância do conhecimento sobre a história do Brasil a partir da experiência e da interpretação de mundo de diversos povos originários. Assim, a participação de Roberto foi fundamental para a construção do conhecimento com os alunos, porque a partir da memória do convidado os discentes puderam, além de aprofundar o conhecimento sobre o povo Mortigura, analisar a história dos indígenas com a minha versão contada, causando mais questionamentos sobre o tema, como por exemplo a respeito de “como é ser indígena em Barcarena?”.

Imagem 15 - Roda De Conversa com o Convidado Roberto Dias dos Anjos.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2023.

Nota-se na imagem acima que Roberto está com o material didático “Barcarena Cidade da gente” (2018), em que ele é um dos autores. Em sua fala, Roberto contou a história do seu povo, desde os primeiros registros com a chegada dos Jesuítas no século XVII até o tempo presente, deixando claro que a história desse povo é muito desconhecida pelos moradores de Barcarena, e que o livro ajuda no processo de conhecimento básico da população da cidade a respeito dos povos que viveram e ainda vivem no local. Esse mesmo material foi sorteado para os alunos, que se tornaram ainda mais curiosos a respeito da sua própria cidade, como podemos observar na imagem abaixo:

Imagem 16 - Alunos Interagindo Com O Convidado.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2023.

Na terceira etapa, mobilizei os alunos para um “Estudo do meio” (Bittencourt, 2008) sobre o território do Conde, junto a Roberto dos Anjos, o guia na atividade. Por meio desse estudo, foi possível avaliar de forma prática o processo de colonização portuguesa no território. A Igreja de São João Batista foi um dos lugares do estudo, a medida em que ofereceu subsídios e referências históricas a partir do século XVII, quando os Jesuítas chegaram à região de Barcarena e catequizaram os indígenas. Nessa Igreja ainda existe um altar-mor que foi talhado pelo povo Mortigura.

Imagem 17 - Altar–Mor Da Igreja De São João Batista.



Fonte: Site da Alepa¹⁴.

Ao se aproximarem do altar, pedi aos alunos que observassem o trabalho manual feito em todas as dimensões da peça, criada em estilo barroco, sendo considerada a mais importante dentro do prédio da igreja. Em seguida, fiz uma explicação junto a Roberto dos Anjos sobre o papel dos jesuítas durante a colonização. Após esse momento, com a observação, os alunos conseguiram avaliar que essa construção foi parte da exploração do trabalho que os religiosos impuseram aos indígenas por meio da catequese, com a justificativa da salvação das almas dos nativos pela obediência.

¹⁴ Disponível em: <https://alepa.pa.gov.br/Comunicacao/Noticia/9420>. Acesso em: 14/04/2024.

Imagem 18 - Alunos após a Prática de Estudo do Meio dentro da Igreja.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2023.

Depois de visitarmos a Igreja de São João Batista em Vila do Conde, continuamos o nosso percurso para conhecer alguns rios afetados pela ação recente das empresas, como a Imerys, com o objetivo de avaliar os impactos ambientais dos projetos capitalistas, que se estabeleceram na região a partir da década de 1970. Como informado, a visita foi realizada no mês de abril, período chuvoso na região amazônica brasileira, impossibilitando o acesso da visita da turma do 7º ano ao rio Curuperé, devido a condições precárias de acesso à comunidade Nova Canaã, cortada pelo rio.

Dessa forma, os alunos conheceram apenas o rio Dendê, que corta grande parte da comunidade e possui um trecho que fica no caminho da Igreja de São João Batista, também bastante afetado pelas ações da mineradora. Os alunos ficaram em frente ao rio, enquanto Roberto contou a história dos impactos ambientais desde o início dos anos 2000. Em todos os momentos, pedi aos alunos que registrassem por meio da câmera do celular de cada um fotos que pudessem servir de referência para a posterior produção de desenhos do espaço visitado durante a quarta etapa, para materializar a experiência da visita.

Imagem 19 - Registro Fotográfico Do Rio Dendê Feito Por Uma Aluna.



Fonte: Arquivo pessoal da aluna, 2023.

Como já dito, os rios assumem uma grande importância para a comunidade remanescente do povo Mortigura, fazendo os alunos perceberem que a luta da comunidade pela preservação do “hidrotérrio” envolve a representação do mapa social da comunidade em Vila do Conde. Henri Acselrad (2008) considera que o mapa social é um esforço de resistência às dinâmicas da globalização, assim, a cartografia da comunidade tem a função de resistir aos impactos do avanço do capitalismo.

A quarta etapa tratou-se da criação de desenhos pelos alunos, fundamental para tornar parte das ações mais lúdica e servir como principal referência para a finalização do mapa digital, além de representar a experiência do estudo do meio. Assim, busquei por meio desse tipo de registro entender como os alunos estavam compreendendo a relação entre período colonial e tempo presente no território do Conde. Essa atividade me permitiu pensar uma abordagem mais aprofundada sobre a cartografia da história da comunidade Mortigura. Segundo os autores Domingos Barros Nobre, Carolina Miranda de Oliveira e Pedro Henrique dos Santos Neves (2022), a Cartografia e o currículo, dentro da sua possível relação, busca aspectos estruturais, econômicos, sociais, culturais e simbólicos mais significativos do território de uma comunidade. Portanto, o campo da investigação com os alunos, considerando a cartografia do povo Mortigura, é um retrato das dinâmicas do espaço em Vila do Conde desde o período da colonização portuguesa ao tempo presente.

A última etapa, a aula sobre a colonização portuguesa na América, foi a culminância do projeto, em que, por meio das etapas anteriores, os alunos puderam participar diretamente da construção de subsídios para a interatividade do mapa digital utilizado em sala de aula, pois minha inquietação buscou ampliar o conhecimento prescrito no livro didático para a história do povo indígena Mortigura em Barcarena, sendo a cartografia o caminho de ampliação desse estudo. Considerando as reflexões de John Bryan Harley (2005) e Vildan Bahar Tuncay (2013), o uso dos mapas em sala de aula, além de ser uma fonte histórica, pode ser também uma ferramenta pedagógica importante para entender as configurações de poder entre o Estado e os povos tradicionais da América Latina. Por ser assim, a cartografia feita pela comunidade tradicional Mortigura em Vila do Conde apresentou uma contra narrativa de resistência às ocupações capitalistas no atual território de Vila do Conde.

4.2 A produção dos alunos

As produções dos alunos, por meio de desenhos sobre as dinâmicas do espaço em Vila do Conde, mostraram a compreensão dos discentes a respeito da história do povo Mortigura. Baseados no estudo do mapa social feito pela comunidade em 2019, buscaram por meio de seus conhecimentos teóricos construídos até a quarta etapa do trabalho uma representação crítica do espaço. Pensando nos escritos de Jeremy Crampton e John Krygier (2008), a cartografia vem apresentando um movimento indisciplinado aos padrões acadêmicos, isto é, está aberta ao público. Dessa forma, os alunos tiveram maior liberdade para desenhar, simulando o mapa social do povo Mortigura e descrevendo seus conhecimentos a partir das reivindicações políticas dessa comunidade indígena.

Foram produzidos 25 desenhos ao total, entre esses escolhi 3 que conseguiram contemplar todo o processo de estudo da comunidade, fazendo uma relação direta entre as interferências estrangeiras que Vila do Conde vem sofrendo desde o passado até presente, com a chegada dos jesuítas no século XVII e a instalação de mineradoras como a Imerys, consequência do projeto Albrás/Alunorte.

Imagem 20 - Representação em desenho do território vila do conde por um aluno do 7º ano.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2023.

Nota-se no desenho acima que o aluno buscou mostrar uma relação entre passado e presente. No lado esquerdo da folha A4, o passado, representado por meio da igreja de São João Batista, evidenciou a presença dos jesuítas no território com a colonização português. No lado oposto, a representação dos empreendimentos capitalistas, como a mineradora Imerys, está tendo um lugar simbólico, representado pelo aluno por meio de impactos ambientais causados, como as instalações da fábrica sobre o rio Dendê, um dos mais afetados pelo vazamento de rejeitos de caulim.

Tendo como base os estudos de Jorn Rusen (2011) sobre o desenvolvimento da competência narrativa no processo de aprendizagem histórica, a história deve ser uma tradução do passado ao presente. Sendo assim, os alunos, mesmo tendo o conhecimento teórico de conceitos e da experiência do mapa social do povo Mortigura, fizeram a sua própria interpretação do processo e se mostraram autônomos na aprendizagem ao desenharem o espaço.

Ao me debruçar um pouco mais nos estudos sobre o ensino de história, foi possível compreender a dimensão do significado que os alunos atribuem ao conhecimento histórico, por exemplo, a tese de doutorado de Daniel Vieira Helene (2016) sobre “o pensar historicamente”: é uma lente privilegiada do aluno que o permite ver o presente fazendo perguntas. Posso

confirmar essa tese a partir da produção de outra aluna da turma do 7º ano, pois, embora o comando dado sobre a quarta etapa da aula oficina tenha sido desenhar uma representação que pudesse considerar as dinâmicas do espaço em Vila do Conde desde o período colonial ao tempo presente da urbanização, os elementos como o empreendimento capitalista da empresa Imerys e a igreja de São João Batista foram dispostos de forma diferente do primeiro desenho:

Imagem 21 - Representação em desenho do território Vila do Conde por uma aluna do 7º ano.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2023.

Podemos notar acima, que ao lado esquerdo do papel a empresa Imerys ganhou um destaque, a aluna buscou detalhar um pouco mais as instalações do empreendimento por meio dos latões e chaminés, assim como o contraste com o espaço natural das árvores e do rio Dendê. Já a igreja de São João Batista assumiu um lugar importante, porém apenas como uma referência do passado. A aluna sentiu-se mais interessada em mostrar as transformações do tempo presente, percebendo que a população que vive nas proximidades das fábricas sofre com os danos no rio que corta a região. Por ser assim, o sentido dado aos dias atuais pelos alunos está relacionado aos problemas ambientais da comunidade remanescente indígena.

Foi indispensável no processo de produção dos desenhos perceber as diferentes representações dos alunos. A Literacia histórica, segundo Peter Lee (2006), apresenta a possibilidade de os alunos construírem compreensões do passado a partir de suas próprias

perguntas. Sendo assim, o encaminhamento das representações mostradas até aqui dos dois alunos faz perceber que a colonização portuguesa não foi o único marco que trouxe profundas transformações no espaço em Vila do Conde com a igreja de São João Batista, mas também a história recente da região sofre modificações, mostrando impactos significativos em relação a qualidade de vida das pessoas e as suas permanências no território. Em outro desenho, conseguimos notar também o destaque dado aos impactos urbanos causados pelos empreendimentos.

Imagem 22 - Representação em desenho do território vila do conde por uma aluna do 7º ano.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2023.

De forma planejada, diversificando ainda mais o desenho, o aluno caracterizou em grande parte de sua representação a presença de uma fábrica e suas instalações, sobretudo o desastre ambiental dos rejeitos de caulim, por meio dos dutos imaginados pelo aluno que estão ligados ao rio Dendê em Vila do Conde. Neste desenho, a igreja também está posicionada em um lugar de referência, onde o passado apresenta um marcador cultural para a comunidade e a empresa um espelho do tempo presente.

Ao relacionar as análises das produções dos alunos com os escritos de Klaus Bergman (1990) sobre a história na reflexão didática, a história é uma forma de pensar em que os questionamentos feitos sobre o tempo são pertinentes, a medida em que a razão é capaz de

emancipar os sujeitos. Nesse sentido, o conhecimento histórico desenvolvido pelos alunos até a etapa da construção dos desenhos os colocou em situações de questionamentos, e o espaço do desenho foi a expressão dessas perguntas.

Dessa maneira, a imersão dos alunos antes da aula sobre a colonização portuguesa na América, até a quarta etapa das aulas oficinas, tornou-se um pano de fundo de uma discussão ainda maior, o meio ambiente. As pautas ligadas ao território em Vila do Conde pelas pessoas que se consideram indígenas, sobretudo na comunidade Nova Canaã, onde possuem toda uma memória e ancestralidade do espaço, enxergam na cartografia um campo de disputa entre Estado e moradores locais. Por isso, a compreensão dos alunos por meio de suas próprias representações significou a aproximação dos discentes à essa discussão.

A mobilização da teoria e da prática relacionadas às etapas apresentadas até aqui para a aula “Colonização portuguesa na América”, forneceram subsídios para a imersão efetiva dos alunos no tema, em que suas experiências de aprendizagem formaram interpretações dos impactos que a colonização trouxe para as dinâmicas do espaço em Vila do Conde, sendo uma importante referência para relacionar com o processo de conquista dos portugueses em outros espaços do território no Brasil.

4.3 A aula “Colonização portuguesa na América”

Sendo a última etapa das aulas oficinas, a aula “Colonização portuguesa na América” se encontra no Capítulo 10 do Volume 3 do livro didático Conquista Solução Educacional do 7º ano. Esse assunto contém tópicos obrigatórios como “Crise do comércio com as Índias”, “Contatos, escambos e feitorias” e “Organização da política colonial”. Dentro desses tópicos, o processo histórico da colonização é detalhado pela autora Fabiane Miriam Furquim, apresentando textos, imagens e mapas.

A cartografia contida no livro, já analisada no primeiro capítulo da minha dissertação, demonstra uma perspectiva que os povos indígenas são passivos dentro do processo de colonização, por isso utilizei uma interatividade dentro da cartografia social do povo Mortigura contrastando esse olhar dentro do tópico “Organização da política colonial” em que a autora aborda a chegada dos jesuítas. Com isso, meu objetivo foi analisar os diferentes impactos da invasão europeia na América para as populações ameríndias.

A partir desse momento, fiz uma abordagem conceitual no quadro branco da sala de aula a respeito do tópico “Crise do comércio com as Índias”, explicando que o sistema de

capitanias hereditárias e governos gerais foram sistemas administrativos implementados pelos portugueses na América, possibilitando a colonização para expandir o império colonial português, pois outros impérios europeus como Inglaterra, França e Holanda não respeitavam os limites territoriais impostos por Espanha e Portugal com o Tratado de Tordesilhas, e também concorriam o comércio das Índias.

Depois, abordei o tópico “Contatos, escambos e feitorias” apontando o lento processo de conhecimento dos portugueses sobre o território brasileiro, com a carta de Pero Vaz de Caminha, em que o cronista afirmou: “Até agora, não pudemos saber que haja aqui ouro, prata, ou alguma coisa de metal ou ferro” (Marques, Berutti, Faria, 2008, p. 70); esse relato deixou claro o objetivo mercantilista de acumular metais preciosos na colônia. Em consequência disso, apesar de não encontrarem metais preciosos, os portugueses exploraram o pau brasil, construindo feitorias para o comércio e praticaram escambo com os povos indígenas, uma forma de negociação.

Em seguida, no tópico “Organização da política colonial”, dei ênfase a chegada dos jesuítas, durante o governo geral de Tomé de Sousa, pois os alunos já tinham a experiência da visita à Igreja de São João Batista em Vila do Conde. Nesse sentido, em uma das páginas do livro, a autora apresenta a imagem de outra evidência da presença da Companhia de Jesus no Brasil, o “Pateo Collegio” em São Paulo, possibilitando a compreensão de que a colonização se estendeu em diversas regiões do território com a atuação dos jesuítas.

Imagem 23 - Página Do Livro Didático que Aborda a Chegada Dos Jesuítas.



©Pulsar Imagens/Chico Ferreira

Membros da elite das vilas eram selecionados para serem vereadores e juízes. Eles eram denominados **homens bons**. Em algumas vilas e cidades, havia ainda um terceiro juiz, nomeado pela Coroa e denominado **Juiz de Fora**.

Antiga casa da Câmara de Vereadores do Centro Histórico de Porto Seguro

Além de Tomé de Sousa, dois governadores-gerais tiveram destaque na administração da Colônia no século XVI: Duarte da Costa e Mem de Sá.

No período de 1572 a 1578, por conta da extensão territorial da Colônia, o rei de Portugal dividiu o Governo-Geral em duas sedes: Rio de Janeiro e Salvador. O intuito era facilitar a administração das capitanias. O duplo Governo-Geral funcionou até a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, em 1808.

Chegada dos jesuítas

Foi durante a administração de Tomé de Sousa, entre os anos 1549 e 1553, que os primeiros jesuítas chegaram ao território colonial português. Eles eram liderados pelo padre Manuel da Nóbrega e tinham a tarefa de catequizar os indígenas.

Ao lado de outros 12 jesuítas, entre eles José de Anchieta, Manuel da Nóbrega fundou o primeiro colégio do Brasil, na região da atual cidade de São Paulo. O objetivo dessa fundação era alfabetizar colonos e indígenas, ensinando-lhes orações e hinos. A escola e o povoamento ao redor dela deram origem à cidade de São Paulo em 1554.

©Shutterstock/Diego Grandi



Atualmente, o local denominado de Pátio do Colégio é uma reconstituição, visto que o edifício original foi praticamente demolido em 1896 para dar lugar a novas construções. Do prédio original, resta apenas parte de uma parede, que foi preservada quando o conjunto foi todo reconstruído para as celebrações do IV Centenário, em 1954.

O Pátio do Colégio foi sede do governo paulista entre os anos de 1765 e 1912.

33

Fonte: Furquim, 2023.

Observando a página acima, além da imagem, o texto explicativo do livro didático relaciona a administração política ao papel dos jesuítas de “alfabetizar colonos e indígenas, ensinando-lhes orações e hinos” (Furquim, 2023, p.33). Refletindo um pouco mais a respeito desse processo, os escritos do padre jesuíta Serafim Leite (1943), pesquisador da atuação da Companhia de Jesus a partir do século XVI, ajudam a entender como se configurava essa relação entre coroa portuguesa e jesuítas. Para ele, “Portugal fez da catequese a base da colonização” (Leite, 1943, p. 4).

Por isso, a atuação da Companhia de Jesus foi importante para pensar juntamente com os alunos sobre as dinâmicas não apenas do território com a construção de igrejas, mas as mudanças relacionadas a moral e aos comportamentos que os indígenas passaram a ter pelo contato com colonizadores. A historiadora Mary Del Priore (2016) descreveu essas mudanças, ao passo que mencionou que os Jesuítas, em vez de converterem os mouros em Jerusalém, preferiu fazer na América com os povos indígenas, por meio de batismos, casamentos, vestimentas, ensinar a ler, contar e cantar. Assim, foram se integrando aos costumes dos homens brancos. Feita essa abordagem, ampliei a compreensão da chegada dos jesuítas e a resistência dos indígenas pelo mapa construído com os alunos.

Imagem 24 - Mapa digital construído junto com os alunos.



Fonte: Genially, 2023.

É possível observar no mapa digital acima, construído com os alunos e apresentado para eles, que existe uma grande semelhança do desenho produzido pelos discentes na última aula oficina à interatividade do mapa. Os três ícones marrons representados pelo "i" significam os pontos de referência que foram estudados nas aulas oficinas pelos alunos do 7º ano como: Igreja de São João Batista; Rio Curuperé e as lideranças da comunidade Mortigura. Além disso, nota-se do lado direito do mapa o ícone "+" que contextualiza a articulação política da comunidade,

e por último, o ícone “mapa na íntegra” que permite ampliar os mínimos detalhes a “descrição aberta” (Almeida, 2018, p. 58) feita pelo povo Mortigura sobre o território de Vila do Conde.

A funcionalidade do mapa, começa com a interatividade do ícone “i”, onde se encontra a margem da Baía do Marajó, tendo a referência da igreja de São João Batista. Nesse momento, mostrei a janela interativa que descreve a história da igreja, os alunos contaram sua experiência de visita no espaço, explicando o porquê a igreja foi construída. Esse momento da aula possibilitou a aproximação dos alunos com o tema, pois os discentes já tinham passado pela imersão de visitar a igreja.

Imagem 25 - Janela Interativa do Mapa Digital Sobre Igreja de São João Batista.



A igreja de São João Batista

A Igreja de São João Batista, segundo o manual didático "Barcarena Cidade da gente" surgiu no final do século XVII, com a Missão de Mortigura. Essa missão, estava entre as cinco mais populosas deste espaço do território amazônico. Sua importância também pode ser notada pelos religiosos que ali residiram, como o Frei João Felipe Bettendorf e nada menos que o notável padre Antônio Vieira (ESTUMANO; POÇA; GUIMARÃES; CARLOS, 2018, p. 50). Já para os indígenas Mortigura, ao serem entrevistados, responderam: "a Igreja da Vila do Conde é o maior marco pra nós, sabe? da... eu digo assim, da humilhação, porque eles se introduziram de uma maneira tão violenta na nossa comunidade, (...), ela é um marco de muita coisa, inclusive disso." (Euniceia Fernandes Rodrigues. Entrevista concedida em 26/08/2023)

Fonte: Portal Barcarena, 2022.

Fonte: Genially, 2023

O segundo ícone “i” mostra o Rio Curuperé, importante rio que possui forte ligação com a população local de Vila do Conde, inclusive, sendo ele um dos mais importantes patrimônios naturais da região e encontra-se impróprio para banho e pesca, em decorrência de acidentes industriais como os recorrentes vazamentos de caulim pela mineradora Imerys. Com isso, os alunos, instigados anteriormente a desenhar os impactos industriais na região, puderam fazer conclusões sobre o forte risco causado à saúde da comunidade de Vila do Conde pela chegada das mineradoras na região.

Imagem 26 - Janela Interativa Do Mapa Digital Sobre o Rio Curuperé.



Fonte: Portal G1 PA, 2019.

O rio Curuperé

O rio Curuperé, corta a região do Conde, sendo um dos principais afetados pelos desastres ambientais, como demonstrado na foto ao lado, a contaminação por toxinas, após moradores da comunidade de Vila do Conde, denunciarem, no dia 8 de março de 2019, um suposto vazamento de caulim, minério usado na produção de papel. Eles afirmaram que o material foi despejado por uma tubulação da empresa Imerys (Portal G1, 2019). Jaqueline Cruz e Marcel Hazeu (2020), compreendem esse rio como "hidroterritório", ou seja, essencial para manter a maneira de existir das comunidades tradicionais, como o povo Mortigura. Em entrevista concedida, uma moradora da região respondeu sobre essas mudanças do meio ambiente causadas pelas empresas: "Pra gente que foi criada na beira da praia, a gente sofreu muito (...) então a nossa relação era com a natureza, direto... (...) até a questão de usar a água dos rios e da praia pra tomar (...) a gente já não pode mais fazer isso." (Euniceia Fernandes Rodrigues. Entrevista concedida em 26/08/2023).

Fonte: Genially, 2023

Como terceiro ícone interativo em "i", evidenciei a entrevista com a comunidade Mortigura, especialmente pelas narrativas das lideranças Roberto dos Anjos e Euniceia Rodrigues, fazendo os alunos perceberem as históricas reivindicações pelo direito ao território em Vila do Conde, assim como reforçando a identidade indígena ligada ao espaço. Nesse momento pedi a um aluno ler em voz alta a descrição da janela interativa para a reflexão da turma.

Imagem 27 - Janela Interativa Do Mapa Digital Sobre As Lideranças Da Comunidade Mortigura.



A indentidade indígena da comunidade

o instrumento jurídico como o laudo técnico antropológico do Ministério Público Federal Nº 001/2016 buscou apurar possíveis fragilidades no processo de licenciamento de grandes empreendimentos industriais localizados no município de Barcarena/PA. Esse mesmo documento, ainda aponta um sentimento de despersonalização frente a todo um histórico de levantamentos e vistorias, pelos quais as comunidades locais são transformadas em números, extensão de lotes e dados estatísticos (MPF, 2016). Assim, a história sobre o povo indígena Mortigura no tempo presente, está principalmente ligada a memória da comunidade local, pois outros registros a respeito da existência desses indígenas estão associados apenas ao passado. À exemplo, o livro didático escrito em 2018 com o título "Barcarena: cidade da gente" quando trata da história da cidade desde sua condição de aldeia até a emancipação do município, atribuindo aos Mortigura uma temporalidade pré-colonial: "Antes mesmo da chegada dos primeiros colonizadores, essa região era povoada por índios. Nas terras do atual município de Barcarena havia povos nativos que transitavam nas matas desta porção da grande Amazônia. Eles faziam parte do tronco tupi. Espalhavam-se por esta vasta região dos Gibirí, os Mortigura e outros tantos." (ESTUMANO; POÇA; GUIMARÃES; CARLOS, 2018, p.45)

Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2023.

Fonte: Genially, 2023.

Em cada elemento interativo, busquei revisitar a história do povo Mortigura, fazendo os alunos refletirem a presença dos indígenas no passado e a partir da chegada dos jesuítas em 1653 em Vila do Conde, destacando que apesar das influências culturais ocasionadas pela prática da catequese, houve resistência cultural e muitos indígenas não aceitaram o processo de colonização, iniciando um forte período de tensão pela permanência do povo indígena em seu território, marcando historicamente o início de uma série de invasões estrangeiras, seja no passado colonial com os jesuítas, seja no tempo presente com a implantação mineradoras ALBRÁS/ALUNORTE.

Imagem 28 - Ícone "+" Do Mapa Digital Mostrando A Comunidade De Vila Do Conde Reunida Em Defesa Do Território.

Referências históricas de mapas

O movimento Barcarena Livre.

A comunidade Nova Canaã faz parte de um conjunto de dezesseis comunidades tradicionais diferentes em Vila do Conde. Segundo o laudo técnico antropológico do Ministério Público Federal Nº 001/2016, essa comunidade é remanescente do povo indígena Mortigura. Muitas ações da comunidade são potencializadas pelo movimento social "Barcarena Livre" que surgiu em 2016 entre diversos setores de comunidades locais, pesquisadores e profissionais organizadores do Seminário "Desastres da Mineração" realizados em Barcarena e Belém.



FONTE: Boletim informativo, 2019.

genially
EDUCATION

Tela cheia

Fonte: Genially, 2023.

No ícone demonstrado acima, apresentei aos alunos a articulação dos indígenas Mortigura, que por meio dos mapas conseguem lutar pela sua permanência no território e promover diversas ações políticas que forcem o Estado a garantir proteção e outras medidas para amenizar os impactos do projeto ALBRÁS/ALUNORTE. Ademais, o movimento denominado “Barcarena Livre” não se restringe apenas ao território de Vila do Conde, mas se preocupa em mobilizar toda a comunidade de Barcarena pela luta do direito a permanência e bem viver no seu próprio território.

Com já foi abordado na terceira aula oficina, com o estudo do meio em Vila do Conde, o processo de transformação dos costumes não foi benéfico ao povo Mortigura, por isso, a atuação dos jesuítas marcou um forte processo de violência cultural, a medida em que os indígenas não eram vistos por um olhar que respeitasse suas diferenças, pois eram considerados selvagens, e também uma violência sobre o território que passou a ser ocupado por jesuítas, marcando a forte chegada dos colonizadores.

A partir dessa discussão, consegui com os alunos fazer uma relação direta entre a realidade local em Vila do Conde, já experimentada na terceira aula oficina, ao processo da quinta aula, em que o livro didático mostra a evidência do “Pateo Collegio” como uma marca da presença dos jesuítas em outra região do Brasil, durante a colonização.

Essa relação foi possível devido ao recurso do mapa digital e interativo, pois em um ícone abaixo da demonstração do mapa, consegui ampliar o campo de visão dos alunos, fazendo eles perceberem com o caso dos Mortigura em Vila do Conde que a ocupação dos jesuítas foi estratégica, pois os indígenas viviam cotidianamente de frente para a praia, como podemos observar no recorte abaixo do mapa ampliado.

Imagem 29 - Mapa Ampliado Por Meio Da Interatividade.



Fonte: Genially, 2023.

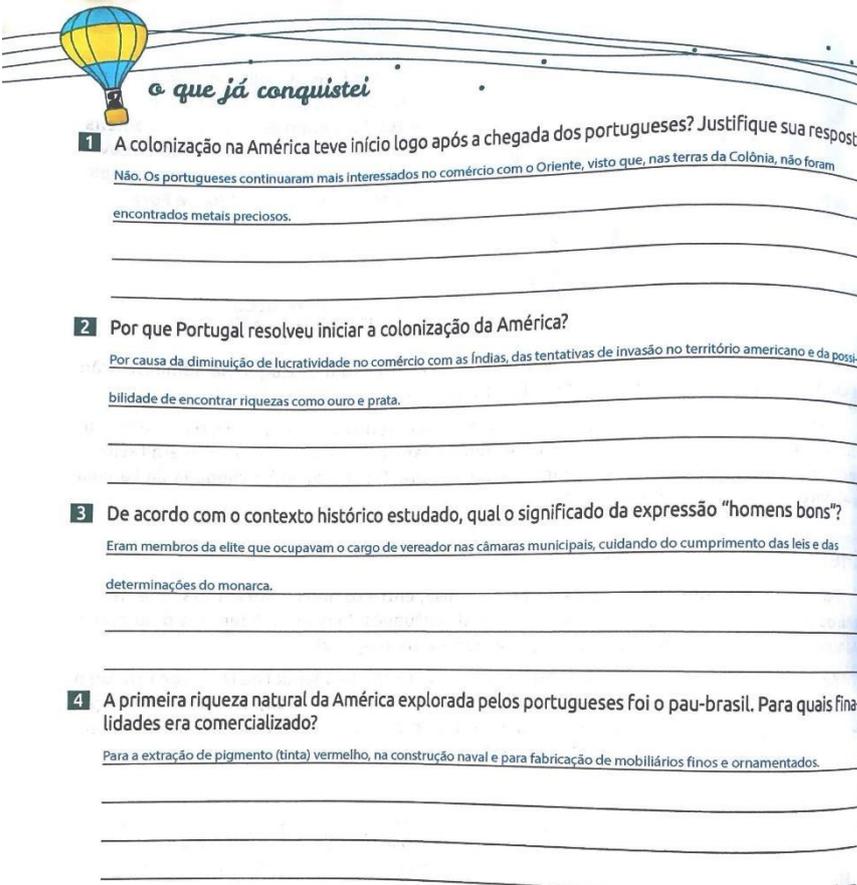
Assim como já foi discutido em diversos momentos desta dissertação, os mapas possuem conhecimento e poder (Harley, 2005), por isso, quando apresentei o olhar do povo Mortigura por meio do seu próprio mapa social, quis que os discentes percebessem a resistência do povo indígena a todo o processo de invasão territorial, pois com a chegada dos jesuítas no passado colonial a justificativa foi religiosa, já nos dias atuais, a justificativa de mudança no território é econômica, causando diversas consequências negativas a população que vive no local, entre elas, a perda da qualidade de vida.

Por isso, apresentei aos alunos que a comunidade em Vila do Conde possui uma autoidentificação indígena por meio de laudos antropológicos e seu mapa social, cuja resistência para sua permanência no local onde vivem é uma luta histórica que se assemelha a outras realidades de povos indígenas no Brasil. Pois segundo o intelectual indígena Daniel Mundurucu (2012), o movimento indígena é resultado de pessoas que sem se conhecerem deixaram rastros de solidariedade, ou seja, lutam coletivamente pela garantia do bem viver em seu território ancestral.

Por fim, sabendo que no Instituto de Educação Básica Cristo Rei o livro didático é um recurso obrigatório em todos os assuntos abordados durante o ano letivo, a atividade final denominada “o que já conquistei” contida no capítulo 10 não estava focada nas habilidades da BNCC “EF07HI08” e “EF07HI09” (Brasil, 2018), que priorizam as consequências do processo

de conquista do território brasileiro pelos portugueses e os impactos às populações originárias. Mesmo assim, por se tratar de um momento da aula que os alunos precisavam concluir, resolveram as questões, porém, não contribuindo significativamente para o objetivo da aula de analisar os diferentes impactos da invasão europeia na América para as populações ameríndias.

Imagem 30 - Atividade “O Que Já Conquistei”.



o que já conquistei

1 A colonização na América teve início logo após a chegada dos portugueses? Justifique sua resposta.
 Não. Os portugueses continuaram mais interessados no comércio com o Oriente, visto que, nas terras da Colônia, não foram encontrados metais preciosos.

2 Por que Portugal resolveu iniciar a colonização da América?
 Por causa da diminuição de lucratividade no comércio com as Índias, das tentativas de invasão no território americano e da possibilidade de encontrar riquezas como ouro e prata.

3 De acordo com o contexto histórico estudado, qual o significado da expressão “homens bons”?
 Eram membros da elite que ocupavam o cargo de vereador nas câmaras municipais, cuidando do cumprimento das leis e das determinações do monarca.

4 A primeira riqueza natural da América explorada pelos portugueses foi o pau-brasil. Para quais finalidades era comercializado?
 Para a extração de pigmento (tinta) vermelho, na construção naval e para fabricação de mobiliários finos e ornamentados.

5 Associe corretamente.

1. Expedições guarda-costas	(3) Fundador da Vila de São Vicente.
2. Donatários	(6) Tinha o objetivo de auxiliar na administração das colônias portuguesas na América.
3. Martim Afonso	(5) Uma das únicas capitanias que prosperaram.
4. Foral	(2) Titulares da capitania com vários direitos e deveres sobre o seu território.
5. Pernambuco	(1) Expedições que tinham como objetivo proteger a costa brasileira de possíveis ataques estrangeiros.
6. Governo-Geral	(4) Um dos documentos que oficializava a doação da capitania ao seu titular.

Apesar da atividade nem mencionar os povos indígenas, houve uma significativa aprendizagem em etapas anteriores sobre a história do povo Mortigura e dos indígenas no

Brasil. A partir desse processo, os alunos conseguiram ter um olhar diferente sobre o sentido da colonização no território brasileiro. É importante destacar que uma aprendizagem significativa para os professores pesquisadores do ensino de história Jaime Pinsky e Karla Pinsky (2016) busca humanizar os educandos por meio da cultura que esse público está inserido, ou seja, por meio da mobilização das aulas oficinas, os alunos do 7º ano do IEB Cristo Rei conseguiram perceber a sua cidade de forma diferente, além disso, avaliaram a atual realidade do povo Mortigura, que não se resume apenas ao passado. A lei 11.645 e o parecer CNE/CEB nº 14 de 2015 quando determinaram a obrigatoriedade do ensino de História indígena por meio de práticas que buscam protagonizar os povos originários, trazem como objetivo romper a tradição histórica que não visibiliza a atuação dos povos originários em diversos territórios no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos capítulos escritos por meio das experiências desenvolvidas em conjunto com os alunos do Instituto Cristo Rei, desde o momento de pensar os rumos teóricos e metodológicos, minha intenção como professor pesquisador foi deixar um produto didático para que os outros professores de Barcarena possam construir um conhecimento significativo junto aos seus alunos sobre a história da colonização portuguesa, por uma perspectiva não hegemônica, em que o povo indígena Mortigura seja visualizado como um agente de resistência à invasão colonial e aos projetos capitalistas como ALBRÁS/ALUNORTE que se instalaram entre as décadas de 1970 e 1980.

Apesar de serem duas temporalidades diferentes, o passado colonial do povo Mortigura e o presente conversam muito bem quando conseguimos enxergar a luta pela permanência no território e da vida das pessoas que fazem parte dos povos originários de Barcarena ou estão sendo diretamente influenciadas pelos impactos ambientais causados pelos grandes projetos como ALBRÁS/ALUNORTE. A relação de pertencimento dos moradores da cidade com a sua própria história deve ser pensada desde o processo de colonização, que está na base da formação social do lugar na condição de aldeia até a de cidade emancipada.

O mapa social feito em 2019 pelo povo Mortigura, além de ter sido meu principal objeto de estudo, também pode ser considerado um patrimônio cartográfico para a cidade de Barcarena, levando em consideração os escritos da autora Vildan Barrar Tuncay (2013) assim como a experiência de construção do mapa social sobre o povo indígena Apinajé no Tocantins por Jeovane Gomes Nunes e Rosemberg Ferracini (2022).

Dessa forma, em função da constante ameaça à população Mortigura, que não possui sua terra demarcada e resiste pela permanência no seu território, historicamente conhecido como “Vila do Conde”, na cidade de Barcarena, o conhecimento dessa história colonial e atual no ambiente escolar pode potencializar as lutas e os sujeitos que estão articulados pela justiça social no município. Por isso, propus uma sistematização didática no mapa social, que apresenta referências históricas do passado colonial e tempo presente para relacionar com a perspectiva apresentada em seu livro didático, percebendo que os mapas apresentam perspectivas conflitantes.

A respeito das aulas oficinas, baseadas no estudo da professora Isabel Barca (2004), essa metodologia contou com a participação dos alunos, por meio de rodas de conversa, estudo do meio em Vila do Conde, desenhos produzidos pelos próprios alunos, assim como a aula

“Colonização portuguesa na América”, teve o papel nesse trabalho de protagonizar os discentes do 7º ano do Instituto Cristo Rei, ao passo que pude acompanhar o sentido dado a história do povo Mortigura por esses estudantes. Os escritos do historiador Peter Lee (2006), me ajudaram a valorizar as diversas interpretações dos alunos, sobre o olhar que esses construíram ao longo do trabalho a respeito da configuração espacial de Vila do Conde.

Sobre os resultados qualitativos de aprendizagem obtidos durante a construção e após a aplicação do mapa social em versão digital e interativa sobre o povo Mortigura, os alunos aprenderam sobre a história colonial e presente de sua cidade, a resistência dos indígenas Mortigura e uma outra perspectiva da história, que não está contemplada no livro didático utilizado no Instituto Cristo Rei, apesar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresentar como uma de suas habilidades para serem desenvolvidas no 7º ano do ensino fundamental II: “(EF07HI08) Descrever as formas de organização das sociedades americanas no tempo da conquista com vistas à compreensão dos mecanismos de alianças, confrontos e resistências” (Brasil, 2018).

Este trabalho, desenvolvido entre os anos de 2022 à 2023 a nível de dissertação de mestrado, não esgotou as possibilidades de estudar nem a cartografia social em sala de aula e muito menos a história dos Mortigura em Barcarena, pois para fins de objetividade e de tempo, pensando que tive que me organizar de maneira muito específica para tornar possível a idéia de escrever sobre uma comunidade historicamente explorada e excluída dos projetos de desenvolvimento do município, visando sua dignidade social (Walsh, 2009), destaco que a luta do povo Mortigura ainda está acontecendo, pois como o intelectual indígena Ailton Krenak (1999) já havia alertado sobre as constantes interferências que os europeus conseguiram projetar na América, considerada por ele um lugar que sempre está em um “O eterno retorno do encontro” (Krenak, 1999, p. 2023), os indígenas possuem suas próprias histórias e essas precisam ser consideradas dentro do conhecimento histórico escolar.

Como professor pesquisador, acredito que é essencial promover uma abordagem didática que vá além das narrativas hegemônicas sobre a colonização, especialmente quando falamos do povo Mortigura em Barcarena. Minha intenção com este trabalho foi construir um conhecimento significativo para os alunos, mostrando que a resistência indígena continua viva e é fundamental para entender tanto o passado colonial quanto o presente. Ao integrar o mapa social e as experiências dos próprios alunos, procurei dar voz a essas histórias, que muitas vezes são ignoradas pelos materiais didáticos tradicionais. No entanto, reconheço que ainda existem muitos desafios para integrar essa perspectiva crítica no ensino formal. Mesmo assim, acredito

que, ao expor os estudantes a essas realidades, estou contribuindo para uma educação que promove não apenas o conhecimento, mas também o empoderamento social e a luta pela justiça.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Introdução. *In*: ACSELRAD, Henri. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo. Mapas e museus: uma nova cartografia social. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 70, n. 4, 2018. Disponível em: cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v70n4/v70n4a16.pdf. Acesso em: 03 mar. 2024.
- BARCA, Isabel. Aula oficina: do projecto à avaliação. *In*: BARCA, Isabel (org.). Para uma Educação Histórica de Qualidade. *In*: ATAS DAS IV JORNADAS INTERNACIONAIS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA. **Para uma Educação Histórica de Qualidade**. CIED, Universidade do Minho, 2004.
- BERGMAN, Klaus. A História na reflexão didática. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 19, 1990. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/386743522/BERGMANN-Klaus-A-Historia-na-Reflexao-Didatica-pdf>. Acesso em: 03 mar. 2024.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRIGHENTI, Clovis. Movimento indígena no Brasil. *In*: WITTMANN, Luísa Tombini (org.). **Ensino de História indígena**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- CERRI, Luis Fernando; COSTA, Maria Paula. O banho, a água, a bacia e a criança: história e historiadores na defenestração da primeira versão da Base Nacional Curricular Comum de História para o Ensino Fundamental. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, 2021. Disponível em: scielo.br/j/er/a/ZRznr4vxdbM45PDwGG7nNgx/?format=pdf. Acesso em 03 mar. 2024.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, 2004. Disponível em: scielo.br/j/ep/a/GNrkGpgQnmdcxwKQ4VDTgNQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 03 mar. 2024.
- COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. Educação para as Relações Étnico-Raciais e a formação de professores de História nas novas diretrizes para a formação de professores. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/h5n5B78LkcMTWxWbc95t5BF/>. Acesso em: 03 mar. 2024.
- CORRÊA, João Nazareno Pereira. **Cartografias do patrimônio cultural do bairro do Jurunas (Belém-PA): espaço, tempo e identidade no ensino de história**. 2020. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2020. Disponível em: https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/15465/1/Dissertacao_CartografiasPatrimonioCultural.pdf. Acesso em: 03 mar. 2024.

CRAMPTON, Jeremy W.; KRYGIER, John. Uma introdução à cartografia crítica. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

CRUZ, Jaqueline; HAZEU, Marcel. Água em Estado Vivo: conflito socioambiental e re-existência em torno do rio Dendê, Barcarena, Pará. **Revista De Políticas Públicas**, São Luís, v. 24, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321165166003/html/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ESTUMANO *et. al.* **Barcarena**: cidade da gente. Fortaleza: Didáticos editora, 2018.

FRANÇA, Cliciane. **Dinâmica e organização de mobilizações étnicas dos Tenetehara Guajajara da terra indígena Pindaré – MA**. 2018. 117 f. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/handle/123456789/2007>. Acesso em: 03 mar. 2024.

HARLEY, John. **La nueva naturaleza de los mapas**. Ensayos sobre la historia de la cartografía. México: FCE, 2005.

HAZEU, Marcel. **Amazônia em guerra**: (re)existência e disputa territorial em Barcarena. Belém: Paka-Tatu, 2022.

HELENE, Daniel. **A História, seu ensino e sua aprendizagem**: conhecimentos prévios e o pensar. 2016. 324 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002778440>. Acesso em: 03 mar. 2024.

KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. *In*: NOVAES, Adauto (org.). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. **Educar**, Curitiba, Especial, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/DPFPv67KqKrWcc8nXWLBftM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2024.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira /INL, 1943.

MACÊDO, Celênia. **O índio como o outro**. O desafio de construir uma identidade positiva a partir dos livros didáticos. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2009. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/1888>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MACHADO, Bruna; SILVA, Hyngrid; LIRA, Jonatha. Migração e desenvolvimento: uma análise do município de Barcarena-PA. **Novos Cadernos NAEA**, v. 22 n. 3, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/6497>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MAIA, Rosane. **Territorialidades específicas em Barcarena confrontadas com projetos de "desenvolvimento"**. 2017. 321 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em:

<https://ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/ROSANEDEOLIVEIRAMARTINSMAIA.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MARTINELLI, Marcello. **Mapas de geografia e cartografia temática**. São Paulo: Editora contexto, 2003.

MONTEIRO, Werner. **Mapa Digital da Ilha de Caratateua: Patrimônio Ambiental e Ensino de História na Educação de Jovens Adultos e Idosos**. 2023. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/739845>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MORAES, Lana *et al.* Eliminando manchas brancas: um desmonte da cartografia indigenista de Curt Nimuendajú. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 14, n. 37, 2022. Disponível em: <https://revistahh.emnuvens.com.br/revista/article/view/1686>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 20, n. 50, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/cwYpSWdmxxpLjK7ZRGfxhmc/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MUNDURUCU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

NOBRE, Domingos; OLIVEIRA, Carolina; NEVES, Pedro. Conhecimentos Tradicionais, Cartografia Social e Currículo. **Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, Goiânia, v. 20, n. 1, 2022. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/12384>. Acesso em: 03 mar. 2024.

NUNES, Patrícia (org.). **Bolem Estratégias de desenvolvimento, mineração e desigualdade: cartografia social dos conflitos que atingem povos e comunidades tradicionais da Amazônia e Cerrado / Cartografia Social de Paracatu de Baixo, Mariana (MG)**. São Luís: UEMA Edições/PPGCSPA/PNCSA, 2020. Disponível em: <https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2020/06/10-mariana-web-compressed.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2024.

OLIVEIRA, Lívia. **Estudo metodológico e cognitivo do mapa**. São Paulo: Contexto, 2022.

PEREIRA, Carlos. **Mapeando o passado de olho no presente: usos lúdicos da cartografia (de)colonial no ensino de história**. 2020. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/586638>. Acesso em: 03 mar. 2024.

PINSKY, Carla; PINSKY, Jaime. Por uma história prazerosa e consequente. *In*: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e proposta**. 6. ed, São Paulo: Contexto, 2016.

PRADO, Giliard. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 34, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180313342021e0201>. Acesso em: 03 de fev. 2024

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024

RAMALHO, João *et al.* Os grupos e a morfologia da América portuguesa. **Nuevos mundos Nuevos mundos nuevos (En ligne)**, Débats, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/80168>. Acesso em: 20 abr. 2024.

RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. *In*: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão (orgs.) **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

SANTOS, Sarah. **A História através dos mapas**: análise da cartografia presente em livros didáticos e o diálogo entre Geografia e História. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: http://www.rlbea.unb.br/jspui/bitstream/10482/22971/1/2016_SarahResendedosSantos.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

SILVA, Danilo. **Letramento Histórico-Digital**: ensino de História e tecnologias digitais. 2018. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/26909>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SILVA, Edson. Povos indígenas e ensino de história: subsídios para a abordagem da temática indígena em sala de aula. **História & Ensino**, Londrina, v. 8, 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12228>. Acesso em: 20 abr. 2024.

HENRIQUE, Márcio; FERNANDES, Rosani. O que não fazer no dia do índio. *In*: NUNES, Francivaldo; PADOVANNI NETTO, Ernesto (orgs.). **História e ensino por historiadores**: lugares, sujeitos e contextos. Maringá: Viseu, 2020.

SILVA, Edson; GARCIA, Antonio. Discutindo os protagonismos indígenas na aula de história: diálogos sobre o povo Xukuru do Ororubá em Pesqueira/PE. **Revista Catarinense de História**, Dossiê Ensino de história e relações étnico raciais. n. 34, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/6720/672071495006.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SILVA, Giovani José da. **Histórias e culturas indígenas na Educação Básica**. Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SOMBRA, Daniel; RODRIGUES, Gilberto; PINHO, Danilo. Cartografia participativa como diálogo entre saberes: ontologia, epistemologia, metodologia e aplicações na construção social do conhecimento. **Revista Ensaios de Geografia**. Niterói, v. 8, n. 16, 2022. https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/52257. Acesso em: 05 abr. 2024

SOUTO, Alanna. Os indígenas na cartografia da América lusitana. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 12, n. 3, p. 817-837, 2017. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/94YsCPPNmmkD8WjD4vB4xJQ/>. Acesso em: 20 abr. 2024

SOUZA, Odair; PAIM, Elison. Problematizando o eurocentrismo e desconstruindo o racismo por meio de práticas pedagógicas decoloniais e interculturais. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Chapecó, n. 34, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/6720/672071495005.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2024

TORRES, Rosa Eliana. **Povo Tremembé** – deslocamentos territoriais e formas de mobilização étnica. Dissertação (Mestrado em cartografia social e política da Amazônia) -Universidade Estadual do Maranhão, 2019. Disponível em: <https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2019/02/POVO-TREMEMB%C3%89-DESLOCAMENTOS-TERRITORIAIS-E-FORMAS-DE-MOBILIZA%C3%87%C3%83O-%C3%89TNICA.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2024

TUNCAY, Vildan. Reflexiones sobre el uso del material cartográfico como herramienta pedagógica en América Latina: una función marginalizada ante la función estratégico-legal. **Apuntes: Revista de Estudios sobre Patrimonio Cultural-Journal of Cultural Heritage Studies**, v. 26, n. 1, 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1657-97632013000100006&script=sci_arttext. Acesso em: 03 mar. 2024

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. *In*: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

WALSH, Catherine. “Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver”. *In*: CADAU, Vera Maria (org.). **Entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2009.

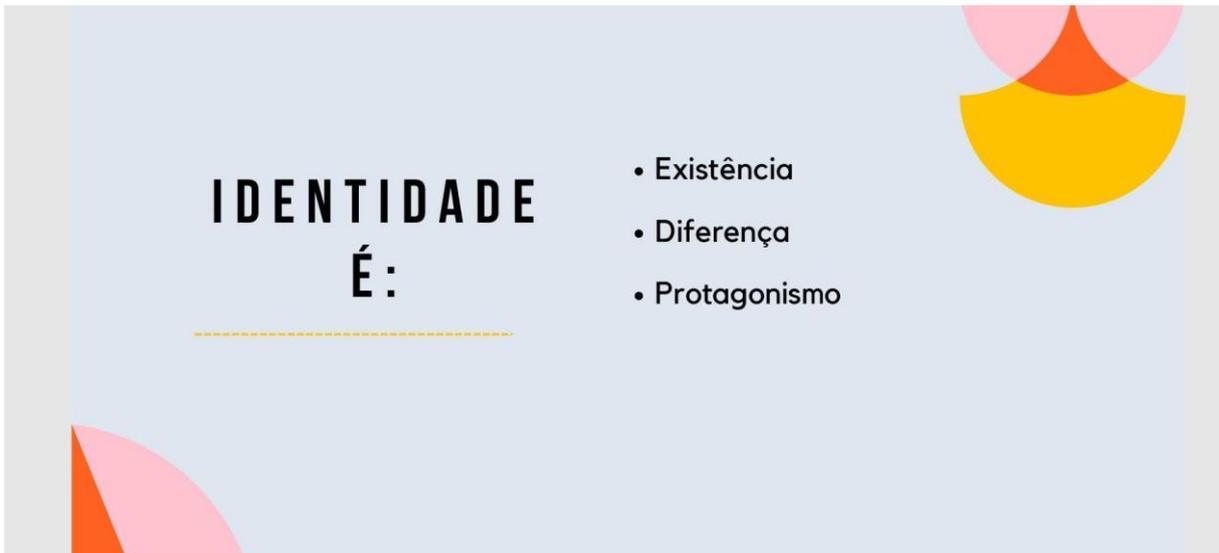
ANEXOS

Anexo 1: Slide utilizado na primeira aula oficina trabalhado com os alunos sobre o relato de uma moradora de Vila do Conde.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Anexo 2: Slide utilizado na primeira aula oficina trabalhado com os alunos sobre o conceito de identidade.



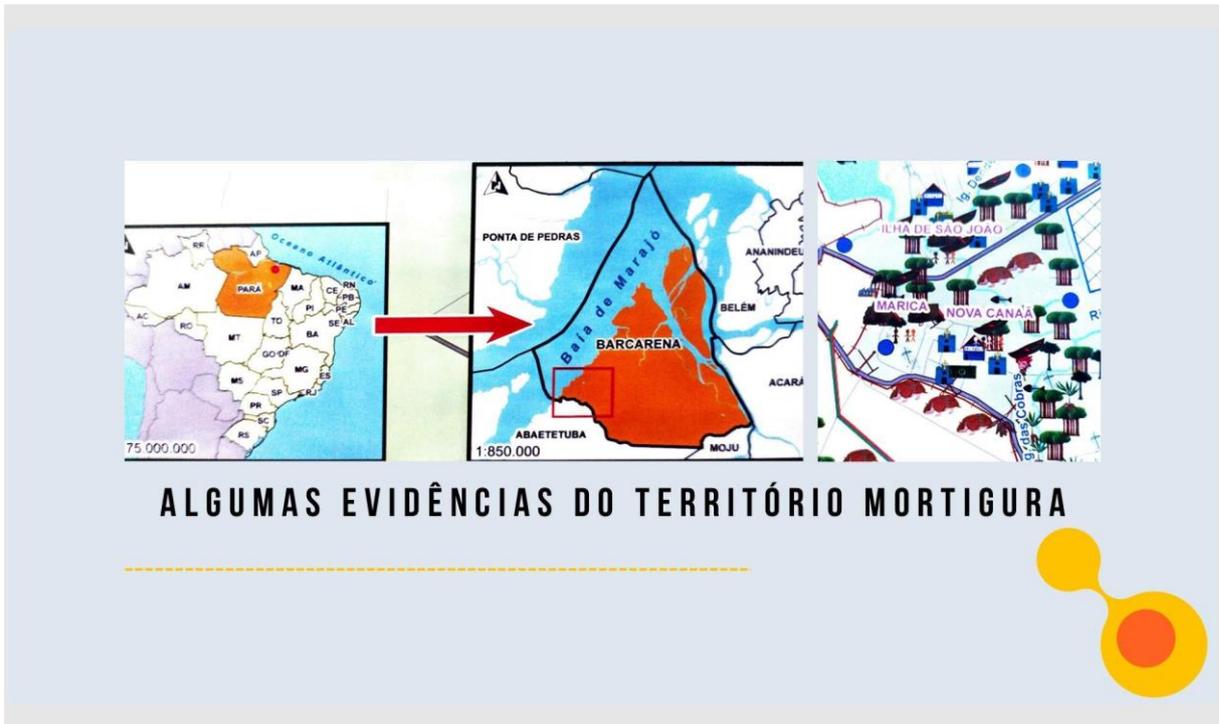
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Anexo 3: Slide trabalhado na primeira aula oficina com os alunos sobre o conceito de território.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Anexo 4: Slide trabalhado na primeira aula oficina com os alunos sobre as evidências do território Mortigura em Barcarena.



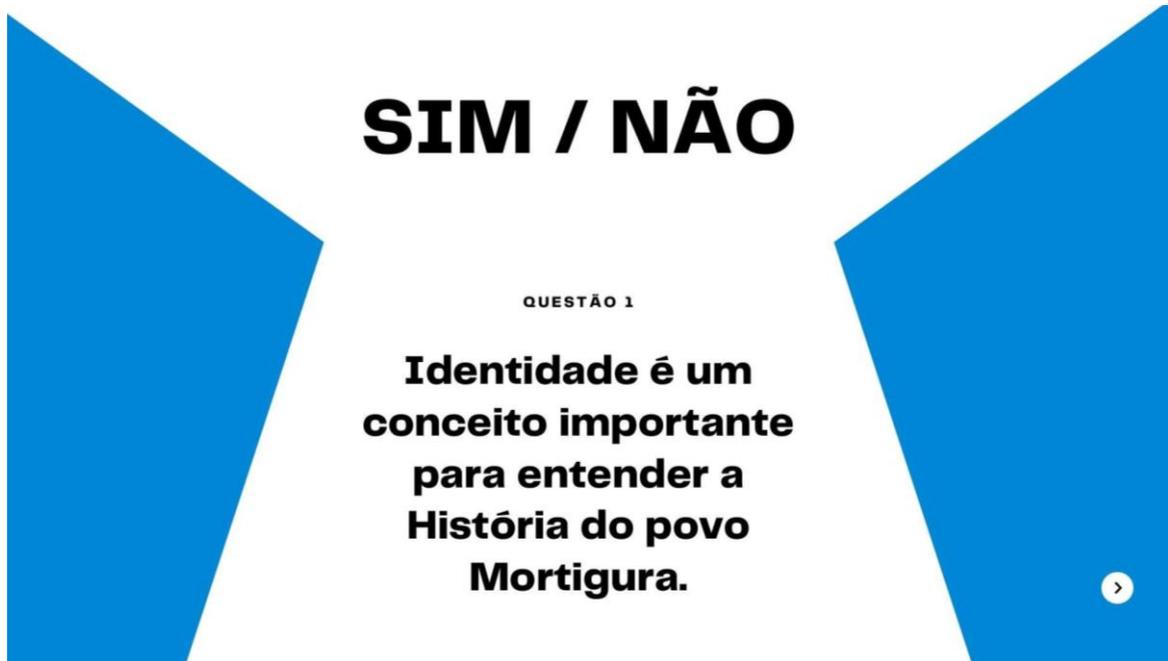
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Anexo 5: Slide trabalhado na primeira aula oficina com os alunos sobre a importância de Roberto dos Anjos para a comunidade em Vila do Conde e a identidade Mortigura.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Anexo 6: Questão 1 do Quiz trabalhado na primeira aula oficina com os alunos.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Anexo 7 – Questão 2 do Quiz trabalhado na primeira aula oficina com os alunos.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Anexo 8: Questão 3 do Quiz trabalhado na primeira aula oficina com os alunos.

MULTIPLA ESCOLHA

QUESTÃO 3

O Povo Mortigura é composto de muitas comunidades. Entre elas, temos Marica, _____ e Curuperé que são cortadas pelo rio Curuperé.

- A** Dom Manoel **C** Bairro industrial
B Ilha de São João **D** Nova Canaã



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Anexo 9: Momento da roda de conversa com o indígena Roberto dos Anjos.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Anexo 10: Alunos do 7º ano e Roberto dos Anjos após a Roda de conversa.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Anexo 11: Momento da explicação da história da igreja pelo professor durante o estudo do meio.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Anexo 12: Momento da explicação da história da igreja por Roberto dos Anjos durante o estudo do meio.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Anexo 13: Momento da explicação sobre as ruínas da primeira fachada da Igreja de São João Batista no século XVII.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Anexo 14: Momento de registro dos alunos sobre as ruínas da primeira fachada da Igreja de São João Batista no século XVII.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Anexo 15 – Alunos do 7º ano, professor e coordenadora do Fundamental II após o Estudo do Meio.



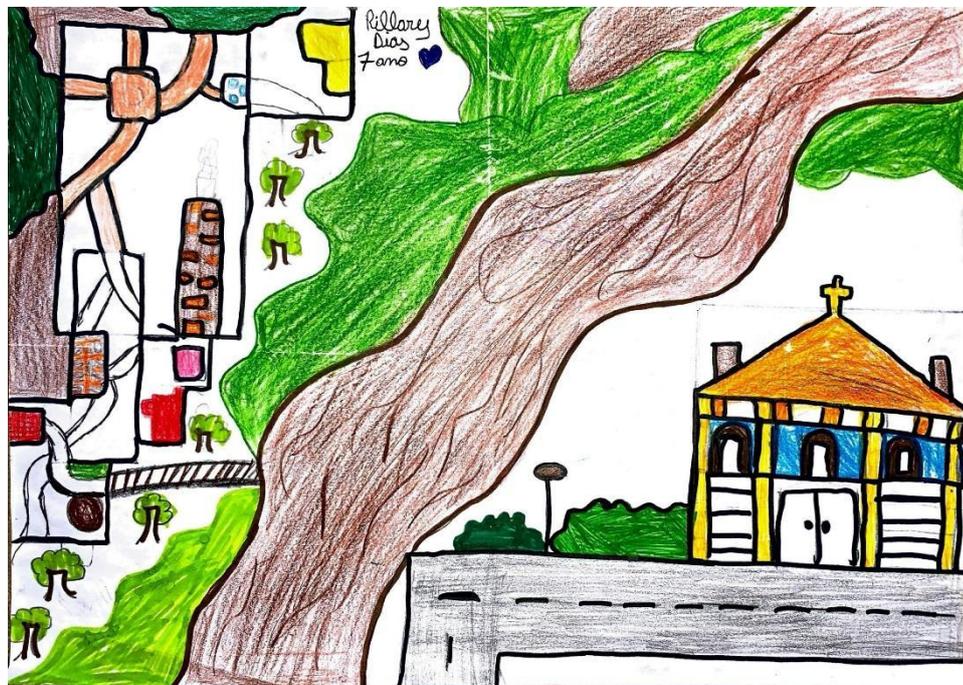
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Anexo 15: Desenho produzido por um aluno do 7º ano sobre as interferências no espaço sofridas em Vila do Conde.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Anexo 16: Desenho produzido por uma aluna do 7º ano sobre as interferências no espaço sofridas em Vila do Conde.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Anexo 17: Desenho produzido por uma aluna do 7º ano sobre as interferências no espaço sofridas em Vila do Conde.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Anexo 18: Qr Code para acessar o Mapa Digital.



Fonte: *Genially*.